

Oferta
-0. NOV. 1996

AVULSO

1.20 ESC.

ANO III - N.º 117

12
AGOSTO
1943




Eunice Muñoz
uma actriz que desponta

*Vida
Mundial*

ILUSTRADA

Semanário gráfico de actualidades

AQUI entre Nós



DR. FREITAS SIMÕES

Dos mais conhecidos clínicos de Lisboa, prestou provas para professor catedrático de obstetrícia que se caracterizaram pelo mais vivo interesse. Foi aprovado por unanimidade.



ARMANDO VIEIRA PINTO

Um autor teatral de assinalável mérito, acaba de apresentar um novo original — «Direito à vida» — que está a ser muito discutido e que, por certo, vai merecer a melhor aceitação do público.



MAJOR E. M. MONIZ

Nomeado para superintendente como delegado do Ministério da Guerra, a mobilização industrial, uma das últimas medidas do Governo, destinadas a fazer face às dificuldades derivadas da guerra.

CRIOU-SE a Intendência Geral dos Abastecimentos, um organismo que se propõe valer ao país no momento em que a crise de alimentação ameaça ser a máxima preocupação de cada um de nós. Um pouco de inteligência, conhecimento objectivo dos factos e energia, serão, sem dúvida, três básicos requisitos para que a missão agora atribuída aos srs. maiores António Baptista e Simões Mota, respectivamente intendente e adjunto do novo organismo, se revista dos sábios efeitos a que aspira cada português.



QUANDO os homens sabem elevar o conceito da arte acima do conceito político, é que os povos ultrapassaram a craveira do interesse mesquinho e do olhar de vizez para tudo o que sejam forças criadoras do espírito. Foi, sem dúvida, o que norteou os organizadores da exposição de trabalhos da ex-rainha senhora D. Amélia, inaugurada no último domingo no Palácio Valenças, de Sintra. A arte, não há dúvida, sobrepe-se ao indivíduo — e seria pena que, por não se esquecer a situação política da artista, ficasse por agora ignorada a sua obra.



UMA portaria acaba de pôr pedra sobre o grosso volume que compreende o caso da Auto-Mecânica, sem dúvida ideia generosa a que a população de Lisboa correspondeu entusiasticamente, dando o seu nome e o seu dinheiro para funcionamento de uma cooperativa de transportes. Depois de uma longa e dolorosa via-sacra por tribunais, recursos e mais andanças, a Auto-Mecânica acaba de ver lavrada a última sentença do Ministério das Obras Públicas: como «quasi públicos» que são os seus transportes — não podem ser objecto de concessão de licença. Nestes termos, quebra-se o último liame das razões de empate de capital, reclamado por muitos dos sócios há anos

Inventário & Balanço

A preguiça do século

COM o decurso do tempo, dos costumes e das sucessivas possibilidades materiais do meio, têm variado as formas de expressão das idéias. Não há dúvida de que a mais antiga foi a expressão oral, que dominava todas as outras a um ponto tal que tornava possível, por exemplo, que a memória dos homens sobrevivesse corajosamente à destruição de livros tão sagrados como raros, ordenada pelo poder triunfante que se socorria de outras crenças. Era nas catacumbas que se recitava, versículo por versículo, a gloriosa lição dos doutores. A tradição oral, desse modo, impunha-se e evitava que se perdesse o que inteligências mais luminosas que o comum produziam e revelavam. Veio depois, em séculos mais próximos de nós, com a descoberta dos caracteres móveis da imprensa, a facilidade e também o prestígio do livro, o que fez substituir a voga e a hegemonia da palavra falada pela expressão gráfica, pormenorizada, da palavra escrita. Era ainda uma fórmula nova do mesmo sistema — o que resultava, por assim dizer, da análise, da dissociação total da idéja, fragmento a fragmento — a sentença repartida em palavras, a palavra construída letra a letra.

Assim se chegou a este nosso tempo, em que cada um de nós pôde assistir, efectivamente, a uma verdadeira e nova revolução. Não é já a palavra, com efeito — nem a oral nem a escrita — que mais nos serve para referir o produto da imaginação dos homens. Não é já a palavra o processo que mais nos sorri para a comunicação de idéias. Dir-se-ia que os povos, fatigados, tomados de vertigem e de descrença, sedentos de tudo recolher num ápice e passar adiante, se convenceram da sua falta de tempo e de espírito para se prender em pormenores, desdenhando do encanto da palavra e preferindo-lhe as sínteses fotográficas que só a imagem pode dar.

Está claro que isto veio com o cinema. As multidões tomavam o hábito de se acomodar no canto de uma poltrona e beber fugidamente, em instantâneas expressões visuais, o reflexo dos acontecimentos e até do esforço mental alheio, numa abdicção tão inconsciente como total do esforço próprio. Nas camadas mais jovens o fenómeno, então, toma aspecto que parece definitivo. O cinema ganhou um prestígio tal que tudo se lhe submete. A arte mecânica absorve tudo. No jornal, o que se require é o boneco ou o título engraldado, que sintetize um pensamento e que penetre no cérebro de quem recebe a sugestão por um simples golpe na retina. Reclama-se o «frappant», o que fira, o que não dá trabalho. Cria-se, deste modo, uma mentalidade de cartaz, por assim dizer publicitária, predisposta a recolher e a aceitar o que pareça mais simples — o que se meta pelos olhos dentro.

Há nisto, evidentemente, um desaprêço — desaprêço que quer dizer desprezo... — do esforço intelectual, uma abdicção do raciocínio próprio, uma preparação para todas as permeabilidades que podem não ser sempre as mais inofensivas. Em última análise, parece-nos que isso tudo se resume, tristemente, no culto da preguiça...

desiludidos. Contra essa devolução ergueram-se sempre os dirigentes da Auto-Mecânica, principalmente baseados na esperança de que o magno problema teria solução a contento de todos. Hoje, porém, que essa esperança desaparece, é justo que se faça a devolução de importâncias — muitas vantajadas para rendimento mais útil. O que não está certo é que o cidadão fique sem dinheiro, sem transportes — e ainda por cima tenha de pagar o seu bilhete à Carris...



NUMA aldeia da Beira Baixa, certo homemzinho dos seus oitenta e tal anos, morreu sob o mau olhar de uma povoação e suas redondezas. Foi o caso de que, sendo detentor de um processo de cura de calos no cachaço dos animais, se negou a vida inteira à divulgação de tão milagroso remédio. Porque torna, porque deixa, querendo sempre ganhar mais umas malgas de feijão ou uma onça de tabaco, em troca da mistela — o certo é que nunca disse a ninguém onde estava o segredo de alívio dos animais doentes. Até que um dia morreu. Mas, ao contrário da anedota do «não o levarás contigo», passada para o cinema — este homem da Beira Baixa, levou-o mesmo consigo...



ALCOCHETE teve dois dias de festa rija — para não dizer Festa Brava — réplica colorida às festas do Barrete Encarnado de Vila Franca. O barrete verde e as salinas de Alcochete também têm tradição ribatejana e representam um expoente considerável de economia, sem falar do castiço e pitoresco ambiente dos campos de varapau, na criação de toiros e no amanho do sal que nos tempera o prato. Na festa deste ano houve foguetes, boas comidas, bons toiros — e, principalmente, portuguêsismo, muita cor inconfundível e resistente ao tempo e às estilações.



DR. ALVES MONTEIRO

Foi reconduzido, por mais três anos, no seu lugar de director da P. I. C., o que vem atestar o valor do critério com que, desde há anos, vem desempenhando tão difíceis funções, junto de um organismo que tem de merecer do maior prestígio e confiança da nação.



DR. LUIZ DE OLIVEIRA GUIMARÃES

A acrescentar à sua vasta galeria de trabalhos literários de-nos mais um livro: «As mulheres na obra de Eça de Queiroz», que é um valioso estudo queiroziano, escrito em estilo cintilante e gracioso.



LEITO DE BARROS

Triunfador da Bienal de Veneza, o nosso mais discutido realizador cinematográfico, seguiu há pouco para Espanha, a fim de tomar parte na direcção de um filme a que está ligada a gentil vedeta Milu.

Vida Mundial
Publica-se todas as Quintas-Feiras
DIRECTOR: JOSÉ CÂNDIDO GODINHO
EDITOR E PROPRIETÁRIO: JOAQUIM PEDROSA MARTINS
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 80-2.º — LISBOA
TELEFONE: 2 5 8 4 4



voluntas que os livros dão...

DAS ESTANTES DOS HOMENS CÉLEBRES

PARA O «PÊSO» DOS ALFARRABISTAS...

OS livros têm, como os homens, o seu destino. Depois de rolar de mão em mão, encontram, muitas vezes, já velhas as estantes do alfarrabista, onde, no meio de revistas sem capas e cancioneiros baratos do povo, criam caruncho e pó, num mercado onde as compras são a péso...

Alguns, bem encadernados, com as lombadas impando de dourados, que se perfilaram, no alto silêncio de eruditas bibliotecas, que foram folheados por mãos de estudiosos, ainda com razuras das notas a lápis estão agora, na mesa larga do alfarrabista entre as «Cem maneiras de cozinhar o bacalhau» e as «Mil cartas amorosas à Julieta», com o lacónico letrado de tudo a dez tostões. Triste destino! O alfarrabista compra a péso — e ao melhor preço, segundo certos réclamos conhecidos. Não lhe interessa saber o que é. Os jornais velhos, os magazines que tiveram a sua época, antigos compêndios por onde se guiaram gerações, tudo isso... é só — quanto pesa?

Cem quilos, mil, dois mil! Pois bem: paga-se a três escudos. Depois começa o trabalho; é preciso saber separar aquela lizarada literária. As vezes aparece coisa de jeito. Um livro de Pinheiro Chagas, a que falta a página três e tem a capa rasgada; a História da Botânica, sem um capítulo; um velho dicionário de *Pharmacia* — versos dum poeta bucólico dedicados a El-rei; um folheto de Antero, que veio ali por engano. E, daí a pouco, já o alfarrabista em meia dúzia de livros, catalogados, tem o dinheiro que deu por eles todos.

Naquela anarquia das prateleiras de pinho, vão acamaradar, na melhor ordem, um idealista de ardente filosofia e um piegas versificador, que nunca vendeu nada; um austero clássico e um revolucio-

bio. Regateava, punha defeitos e, por fim, lá abalava com a velha pasta atulhada de livros esfarapados.

Era o Teófilo no alfarrábio e o Junqueiro no «bric-à-brac»...

* * *

Uma das coisas mais curiosas dos alfarrabistas são os livros com dedicatórias. Encontram-se ali as mais disparatadas e aquelas que podem fazer reviver uma época. Depois, há os casos sentimentais...

Escritores que oferecem ao «seu grande amigo, como homenagem pela inteligência, etc.», e que, mais tarde, foram implacáveis inimigos, zurrindo epítetos vexatórios; outros que desafiaram o ofertante ao terreno dos duelos; e alguns que se digladiaram uma vida inteira; há os protestos de consideração e estima postos no frontispício — mas o livro nem mereceu ao ofertante a honra de ser aberto... Como vieram estes livros parar a estes modestos estabelecimentos?

É simples. O alfarrabista chega a arrematar para negócios bibliotecas inteiras.

*A grande Actriz
Dona Nda Pichini*

*Atenciosas e agradecidas no
muito carinho de que sua Bondade os
cercou, — todos estes folhos, tocos
Boncos mi hufam as mãos — e,
como ellas, o malgastado Alélio
que os modelou em inopreciáveis
bens de agracia e esperança,*

*2. do Amigo e humilde
admirante de seu grande Actriz,*

Lisboa 1928

(Culley Carneiro)

Meiros Dias, manuscrita, com anotações, parte da sua correspondência, bem como algumas cartas de João de Deus. Amanhã, tudo aquilo se dispersa, se perde. Entretanto, são elementos valiosos para os estudiosos.

É ele mesmo que nos diz: — Eu compro tudo que aparece. É o meu negócio. Não julguem, porém, que isto aqui não tenha também as suas fraudes! Tem e muitas.

Por exemplo, há fregueses que depois de esta-

Av Carlos Malheiro Dias

o/B

O ATAQUE A CHAVES

*Waquim Carter
Le agosto 1918
Rua Duque de Palmella 21
Lisboa*

rem tempo infinito a consultar uma obra, vão-se embora sem comprar nada.

— É natural, não lhes interessou...

— Qual? Quando vou à estante ver o volume, noto que três ou quatro páginas foram arrancadas. Passado tempo, aparece um sujeito, pergunta-me por aquela obra. Peço-lhe tanto. Diz logo que não vale. Faltam-lhe três folhas — que eram o início do capítulo. E eu lá tenho que vender por metade do preço. Outros metem o livro na pasta, sem eu dar por isso. Levam-no para casa, tiram as suas notas — e, depois, descaradamente, vêm entregar-mo, «que tinham, por engano, metido na pasta, mas que não era preciso». Enfim: há de tudo...

Triste sorte a dos livros. Como os homens quando vêm a este mundo, trazem «o destino marcado»... e bem poderia dizer-se que mais lhes valia a morte que tal sorte...

MANUEL MARTINHO



*No seu querido Amigo
e illustre escritor
Dr. Simões de Castro —
afectuosa lembrança.
BOA GENTE
do Hippolyto Raposo*

nário da fôrma; um historiador e um romancista de ficção; um pedagogo e um sonhador das nuvens, que conta as peripécias dos polos; enfim, todo um mundo de literatura nos pratos duma balança...

Quando um dia se escrever a história dos destinos de certos livros, o alfarrabista terá muito que contar...

O público dos velhos alfarrábios de Lisboa é quasi sempre — salvo os estudantes que por escassos haveres, desejam remediar-se com livros em segunda mão — constituído por escritores, jornalistas e curiosos por esta coisa da literatura. Não é raro encontrarem-se, nos pequenos cubículos bafientos, alguns daqueles a quem os jornais chamam, nas secções de critica, «as mais categorizadas figuras da mentalidade portuguesa».

Alguns o são de facto: Teófilo Braga, por exemplo, era um dos mais assíduos clientes do alfarrá-



Dr. José Ribeiro dos Santos



A actriz Palmira Bastos



Armando Vieira Pinto



O "direito à vida" devia ser sagrado...

DOIS AUTORES

À PROCURA DUMA PEÇA

O rumor borbulhou rapidamente neste Chiado bisbilhoteiro. Um tanto confuso, um tanto contraditório, mas em todo o caso, como depois havíamos de ver, com seus fundamentos. De um modo geral, falava-se de duas peças, de autores diferentes, sobre o mesmo assunto; que uma teria sido representada, que o autor da outra a teria retirado. Autores das peças em questão: Armando Vieira Pinto, nome que subscreve a obra actualmente em cena no Trindade, e o dr. José Ribeiro dos Santos. Uma investigação que tentámos do caso nenhum resultado nos deu. Quisemos então ouvir as partes interessadas. Mas A. Vieira Pinto ausentara-se de Lisboa para as suas férias. Só nos ficava o recurso de ouvir José Ribeiro dos Santos. Não nos foi difícil encontrá-lo — para o que nos bastou dar daqui meia dúzia de passos até ao *Diário de Lisboa*.

Dámos rapidamente conta dos nossos intentos: esclarecer um assunto que fervilha nos meios ligados ao teatro. José Ribeiro dos Santos franze um pouco o nariz, olha-nos com certa tranquilidade distante e, por sua vez, pergunta-nos:

— Acha que vale a pena? Estas coisas que se passam, como o outro que diz, por detrás da cortina, não têm que vir para público...

— Mas o público interessa-se...

— Pois tanto pior. Mais valia que o público se interessasse por coisas sérias. Isto é puramente do domínio da bisbilhotice e da má lingua. Mas, como o assunto já chegou a esses termos, então, realmente, parece-me preferível esclarecê-lo...

— Nem nós pretendemos outra coisa. Que há de verdade nisso de se dizer que você tinha uma peça com o mesmo assunto da do Vieira Pinto?

— O mesmo assunto, vamos, será exagerar um pouco. Mas alguma coisa há... Eu lhe conto... Em Janeiro deste ano, o empresário José Loureiro falou-me da possibilidade de eu escrever uma peça para ser representada, durante a época de verão, pela companhia que o referido empresário tencionava organizar, com Palmira Bastos, para um dos seus teatros. Aceitei a incumbência e, em fins de Maio, tinha pronto o trabalho, a que pus o título de «Meninas de Colégio» e de que, simultaneamente, fiz entregar um exemplar na Censura e outro ao empresário José Loureiro, para que este o fizesse chegar às mãos de Palmira Bastos. Foi isto em fins de Maio...

— Mas dizem que você retirou a peça...

— Não tinha outra coisa a fazer. Quem a visse, depois de ver o «Direito à vida», de Vieira Pinto, havia de pensar que tinha precisado de explicador para saber a lição...

— É uma metáfora?

— Como queira. O certo é que as minhas «Meninas de Colégio» haviam de parecer inspiradas no «Direito à vida».

— Simples coincidência, decerto. Não acredita numa coincidência?

— Ah, sim, acredito numa coincidência. Mas, se as coincidências forem meia dúzia, coça a cabeça. E se forem uma dúzia começo a convencer-me de que estão a querer mangar comigo...

— Quais são, então, essas coincidências em série?

— Vamos por partes. Eu entreguei a peça mas a eminente actriz sr.^a D. Palmira Bastos estava então a contos com o estudo de um papel de enorme extensão que tinha ainda que fazer no Nacional. Era o «dueto» em três actos de Vasco de Mendonça, intitulado «Pátrias». E apresentou-me essa razão para me explicar que não podia, de momento, ler o meu trabalho, de que, aliás, já conhecia o assunto, que dissera ter-lhe interessado. Como sou uma pessoa compreensiva e de boa-vontade, aceitei a explicação. Pareceu-me bem. Da Curia, para onde foi, Palmira escreveu-me a dizer que não tinha gostado do trabalho.

Como continuei a ser — e não desisto... — a tal pessoa compreensiva e de boa vontade, continuei a achar bem. Não me pareceu uma opinião justa — e hoje menos justa ainda me parece — mas prezo bastante a minha opinião para ser capaz de respeitar a opinião dos outros...

— Nesse caso...

— Nesse caso, por aqui teríamos ficado se não fôsse o que veio depois.

— E foi então?...

— Algumas pessoas me disseram que Palmira Bastos se tinha melindrado com a disposição, que eu tinha manifestado, de não fazer alterações na peça. Pelo menos quanto à estrutura, realmente, considerava que nada haveria que alterar. E assim se ficou. Entretanto, ensaiou-se e foi à cena a peça de Vieira Pinto e eu não posso deixar de reconhecer que há nela um conjunto de situações, de estados psicológicos, de reacções e até de réplicas que não podem deixar de se aproximar de pontos paralelos que existem nas minhas «Meninas de Colégio».

— Acusa, então, Vieira Pinto...

— De maneira nenhuma! Eu limito-me a apontar um facto indiscutível. Está claro que a mim ninguém me acusa. Em primeiro lugar, já a minha peça estava pronta e até despachada pela Censura — o despacho de visto tem data... — e ainda a de Vieira Pinto estava a ser cozinhada. Em segundo lugar, ninguém chegará a vê-la, porque desisti da sua representação. Talvez a publique em livro, se isso chegar a interessar algum editor...

— Mas como explicar isso, então?...

— As coisas explicam-se por si mesmo. Não é segredo no meio — o próprio Vieira Pinto disso se lamentou a pessoas minhas amigas — que a peça dele foi feita e refeita não sei quantas vezes...

— Mas como e porquê?

— Para satisfazer as concepções de Palmira Bastos, que o levou a remodelar umas cenas após outras.

— Mas o autor do «Direito à vida» não podia ir inspirar-se na sua peça...

— Evidentemente. Penso, até, que ele nem sabia que ela existia. Mas teve que ceder às sugestões daquela distinta artista que, porventura, inadvertidamente, assim o creio, se deixou conduzir pelas recordações que lhe tinham ficado da leitura da minha peça, que, aliás, me não tinha sido devolvida...

— E essas coincidências são assim tão transparentes?...

— Numa e noutra há o problema dos filhos, a austeridade exagerada e incompreensiva de um pai, o esforço da mãe, o amigo da família... A mãe que se lamenta dos vinte anos de sofrimento que passou junto do marido para que se não desmoronasse o edifício familiar, a mãe que diz ao marido, «mutatis mutandis», que o resto não lhe interessa, que mais não quer que lutar pela felicidade dos filhos; o enlace a que se chega, apesar da oposição preconceituosa do pai; a reconciliação final pela ternura que resulta inevitavelmente de ver felizes aqueles por cuja felicidade batalhamos... Acha pouco?

— Em todo o caso, poderíamos não sair do domínio das coincidências...

— Ah, sim. Eu sei bem o que é isso das coincidências. Há perto de vinte anos, num exame de literatura, foi chamado a tirar o ponto um aluno que era nitidamente da predilecção do professor-examinador. O aluno meteu a mão na urna, extraiu uma bolinha e leu: «Ponto n.º 12». O professor: «Número 12?... Almeida Garrett». O aluno, porém, tinha-se enganado: «Perdão, sr. dr... Não é n.º 12... o ponto é o n.º 18...» Logo o professor: «Coincidência curiosa! também eu me tinha enganado... O n.º 18 é que é sobre Almeida Garrett... Já vê se eu tenho ou não tenho razão para saber o que são coincidências...

A POLITICA inglesa e os seus SIMBOLOS

PELO DR. CARLOS OLAVO

O inglês, como os senhores sabem, é muito conservador e fortemente apegado a fórmulas e a símbolos. Não vá imaginar-se que este conservantismo é a imobilidade bolorenta e irracível de velhos políticos desesperadamente agarrados a idéias perdidas. Não. Trata-se de um fenómeno mais de natureza pessoal do que de natureza politica, embora nesta se reflecta.

O inglês mantém, através de todas as transformações, os seus hábitos, tipos e costumes.

Vão lá dizer, por exemplo, ao sr. Lloyd-George, liberal romântico e dogmático, que corte o cabelo, ou mandem escanhoar o sr. Bernard Shaw, socialista hirsuto e blasfematório, e verão o que lhes respondem a lingua desenvolta do politico e o espirito efusivante e agreste do literato. O facto é que tanto a cabeleira anelada do sr. Lloyd-George como as barbas agressivas do sr. Shaw são símbolos duma politica e duma literatura.

Não precisamos remontar muito na história da Inglaterra, para mostrar a permanência e, sobretudo, os efeitos dos símbolos na politica inglesa. Basta ir à época vitoriana, sem detença no caracol de Lord Beaconsfield, e começar no monóculo de Joe Chamberlain. Era um monóculo fixo, inamovível que punha rutilações estranhas na face glabra do estadista. E foi através dêsse monóculo providencial que se previu e depois se preparou a imensa aglomeração dos povos livres do império britânico.

O monóculo de Joe Chamberlain assumiu uma tão considerável importância na politica e na vida social inglesa, que se transmitiu, como um vinculo hereditário, para seu filho mais velho, Sir Austen Chamberlain, que o usou com o mesmo garbo aristocrático, embora sem o mesmo alcance politico. E como Sir Austen morreu sem descendência, o monóculo famoso desceu com elle ao túmulo e lá estará ainda, talvez, na órbita vasia do descendente do grande Joe e, certamente, nostálgico do brilho que espalhou sobre o mundo!

Mais chegados a nós, e com resultados de vária consequência, temos o cachimbo do sr. Baldwin, o guarda-chuva do sr. Neville Chamberlain, o charuto do sr. Churchill, para não falar senão dos que maior importância tiveram nos acontecimentos dos últimos anos, isto é, nos factos que antecederam e que marcaram a evolução da guerra actual.

Uma vez, em Londres, por ocasião de umas eleições, eu vi cartazes de propaganda favorável ao partido conservador, ostentando o cachimbo do sr. Baldwin, primeiro ministro. O cachimbo era assim o simbolo duma politica e o seu elogio. O mais curioso, porém, é que os adversários do partido conservador aproveitaram também o cachimbo para o combater. Todos estavam de acôrdo em elogiar as qualidades intrinsecas do cachimbo do sr. Baldwin. A tradicional cortesia inglesa não se prestava a negar, por facciosismo, êsse preito à verdade.

Era realmente um belo cachimbo de raiz de cerejeira, bem polido, bem proporcionado, bem queimado donde saia em espirais azuladas o perfume dócemente estonteador dum *navy cut* forte de marca «Capstan».

Mas enquanto que os conservadores ortodoxos proclamavam que o cachimbo representava a pureza dos principios toriês, a estabilidade do sistema, a moderação na acção ministerial e a reflexão administrativa, os adversários respondiam que o cachimbo era um objecto de meditação e de repouso e, portanto, de imobilidade e de inacção. Um governo de contemplativos e de comodistas só podia dar lugar a uma coisa pior do que a ruína, a estagnação.

Nestas condições, *abaixo o cachimbo!*

Não me lembro já se venceu o cachimbo baldwiniano; só sei que, por virtude da politica então seguida, a Inglaterra de tal maneira se enlevou no aroma e nos fumos do cachimbo, que se não apercebeu dos movimentos suspeitos que agitavam o mundo...

Ao cachimbo do sr. Baldwin seguiu-se o guarda-chuva do sr. Neville Chamberlain. Neville era filho do grande Joe mas não da mesma *souche* de que tinha saído Sir Austen. Não tinha nem a larga visão politica do pae, nem a linha aristocratica de seu meio irmão.

Era um burguês dos pés à cabeça, Entrára na politica, vindo directamente dos negócios, com as suas botas de duas solas, o seu largo jaquetão de cheviote, uma farta bigodeira cobrindo o lábio fino, um chapéu de teltro mole na cabeça grisalha e um grande guarda-chuva debaixo do braço. Um guarda-chuva desmesurado que dava logo nas vistas, grösso e de gancho, como o guarda-chuva de Mr. Thompson, o burguês do conto de Charles Dickens. E, por cima de tudo, inseparáveis. Onde estava o sr. Neville Chamberlain, lá estava o guarda-chuva: em Downing Street, na Câmara dos Comuns, nas cerimónias officiais, nas reuniões do gabinete e até nos passeios matinaes através das áreas verdejantes de Green Park.

A breve trecho, êste guarda-chuva adquiriu renome universal porque conseguiu segurar a paz em Munich, subiu as alturas quasi inacessíveis de Berchtesgaden, correu numa derradeira e angustiosa tentativa em favor da paz a Godesberg, e — caso estranho e sensacional! — foi esquecido, encostado a uma cadeira na sala da conferência.

Propositadamente? Talvez. Também Mr. Thompson se esqueceu do seu guarda-chuva para ter occasião de cair nos braços ternamente abertos da sua Augusta!

Se o cachimbo adormeceu a Inglaterra, o guarda-chuva não foi capaz de a abrigar das humilhações que choveram sobre ela.

O cachimbo pode ser um instrumento de comodidade e de repouso, mas o guarda-chuva é pior, porque é um elemento de passividade e de capitulação.

Um guarda-chuva de pano preto, levantado pelo braço magro dum burguês, em face dum mar refulgente de espadas nús, é um espectáculo penoso de fraqueza que não podia deixar de ter as mais funestas consequências.

A Inglaterra depressa se apercebeu do cômico e do perigo da sua situação. E, por isso, apareceu o charuto fumegante do sr. Winston Churchill. O charuto, mesmo aceso, não é uma arma, mas tem fogo e o fogo é um sinal de actividade e um elemento essencial de todas as fabricações de guerra.

O charuto do sr. Churchill não pôde evitar a queda da França, a retirada de Dunkerque, os bombardeamentos de Londres, a tomada de Singapura; mas preparou o povo inglês, não só para a resistência, mas também para a ofensiva. Aquêlle charuto fumegava sempre! Brilhava na escuridão de todas as dôres e de todas as ansiedades, como um farol de esperança.

Em plena actividade e em plena brasa, sulcou os mares, atravessou os espaços, rutilou nas conferências da Casa Branca e do Kremlin, triunfou nos desertos da Libia e nas escarpas da Tunisia, animou a resistência do Egipto, acelerou o trabalho das fábricas, discutiu planos de campanha sem lhe cair a cinza branca e só uma vez se apagou: quando em Washington lhe deram a noticia da queda de Tobruk que elle imaginava uma fortaleza inexpugnável. Mas foi um momento apenas.

Acêso outra vez, voou até El Alamein, incitou os combatentes, sorriu-lhes, bateu-lhes nas costas, disse-lhes a sua certeza na vitória, organizou a defesa na última linha antes do vale ridente do Nilo, e preparou a mais formidável e a mais gloriosa batalha que em qualquer tempo da história se travou sobre o solo africano.

Temos de confessar: êste charuto activo, reformador, dinâmico, inextinguível, salvou a Inglaterra. Despertou-a dos adormecimentos opiados do cachimbo do sr. Baldwin e afastou para todo o sempre a sombra espectral e cômica do grösso guarda-chuva do sr. Neville Chamberlain!



Joe Chamberlain e o seu monóculo



Baldwin e o seu cachimbo



Neville Chamberlain e o seu guarda-chuva



Churchill e o seu charuto

PELO AR VAI UM SOLDADO...

TRAGÉDIAS E EMOÇÕES POR QUE PASSA UM PARAQUEDISTA

JA pensaram de uma forma séria, definitiva, concentrada e irrevogável no que sentiriam se se lançassem no espaço, bem lá de cima, de uma altura de 1.500 metros? Há aí menino que, quando sobe ao 5.º andar e olha cá para baixo — aí credo, sente logo umas tonturas!...

Pois, todos os dias, milhares de rapazes de bom coração se lançam do céu, lá muito alto, para atacar o inimigo ou defender uma posição estratégica, no conflito actual. Entretanto, para ser paraquedista, são precisos muito requisitos: tempo, condições de saúde e de psicologia. De psicologia, evidentemente. Porque não é paraquedista quem quer — mas quem pode. A verdade é que o homem precisa de ter grande domínio sobre si próprio, para não se esquecer de que, ali, desamparado, em pleno espaço, está tão seguro como sobre qualquer terreno poéticamente coberto de relvinha fresca...

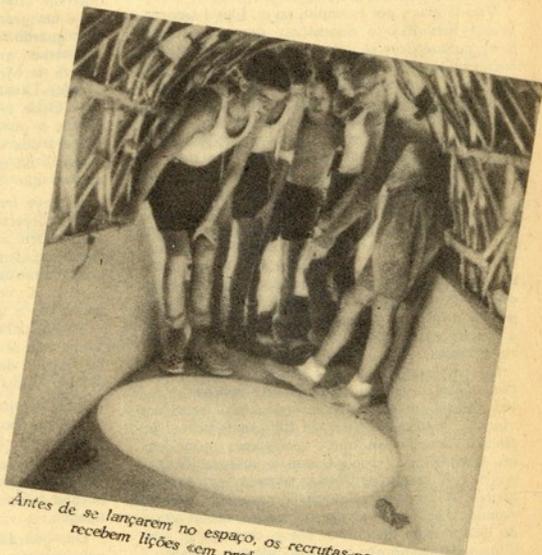
Nesse momento trágico da descida, só uma idéia pode dominar o paraquedista: «o meu pára-quadas não funciona e vou esmigalhar-me lá em baixo!». É um medo terrível, uma emoção, uma força poderosas o puxam para trás...

Depois, há o piloto. Por princípio, o paraquedista deve ter nele uma confiança ilimitada. Mas, primeiro que a tenha, leva seu tempo. E que todos sabem que lançar paraquedistas é mil vezes mais difícil, do que lançar bombas... De facto, ao piloto cabe a missão de fazer descer os rapazes dos pára-quadas. Mas, para estar apto a bem cumprir esta missão, precisa, por sua vez, de se treinar com manequins: os paraquedistas têm de ir parar a determinados locais planos e sem obstáculos de maior, ao chocar com a terra — e isso só se consegue a poder de prática, em observância à força de ventos, pressão atmosférica, temperatura, direcção das corrente de ar, etc.

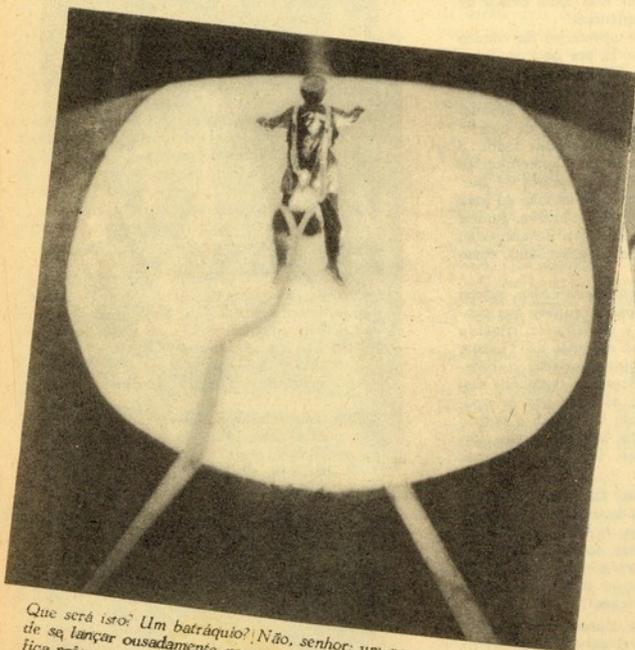
Como se vê, «depositar» homens, por intermédio do avião, em locais previamente designados, é mais difícil do que depositar dinheiro no Banco, por muito pouco que o tenhamos...

Hoje, o paraquedista, em qualquer formação de aeronáutica, tem um papel formidável a desempenhar: aparece misteriosamente por detrás do «front» inimigo, corta linhas telefónicas, faz saltar um depósito, cai em massa sobre tropas, ensarilhá, retarda — faz ganhar batalhas e perder guerras!

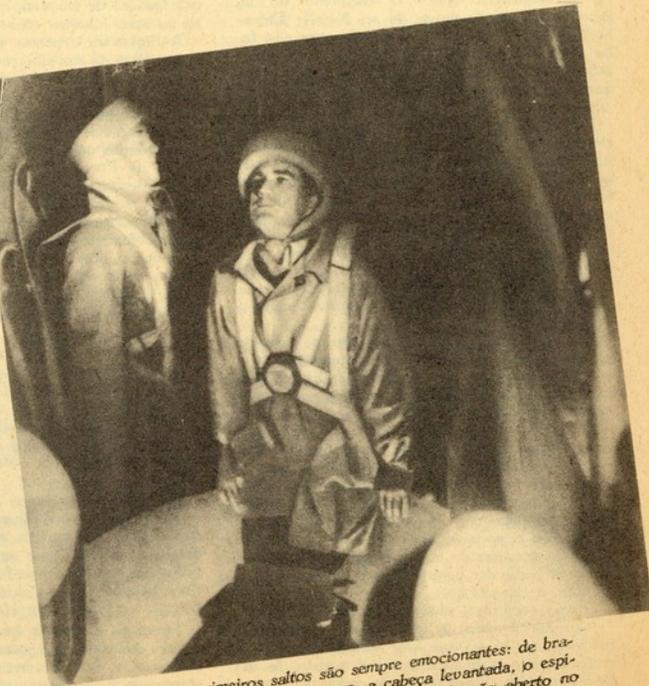
Mas, para se chegar a este resultado, quantos exercícios, quantas emoções dolorosas. É ver, por exemplo, estas fotos...



Antes de se lançarem no espaço, os recrutas-paraquedistas recebem lições «em profundidade»...



Que será isto? Um batráquio? Não, senhor: um paraquedista. Antes de se lançar ousadamente no espaço, o recruta é projectado — mas fica preso ao avião por fortes amarras. Quando estas estão desentrelaçadas — o pára-quadas abre-se automaticamente. Se é um dispositivo simples mas indispensável. Se é há soldados que perdem de tal modo a cabeça, nos primeiros exercícios, que se esquecem da única coisa que têm a fazer: abrir os pára-quadas!...



Mas os primeiros saltos são sempre emocionantes: de braços bem agarrados ao tronco, a cabeça levantada, o espírito concentrado, o soldado salta pelo alçapão aberto no sobrado do aparelho. Depois, quantas sensações, as dos primeiros momentos: em pleno espaço e o pára-quadas ainda fechado!...

7 DIAS DE CINEMA

POR FERNANDO FRAGOSO



Charles Boyer — pasmem leitoras! — também canta. Será por influência da companhia?



Norma Shearer enquanto trabalha nos estúdios resolve os negócios pelo telefone...



Ruth Hussey parece pouco à vontade para usar o marteiro...

DENTRO de pouco mais de um mês — os cinemas de Lisboa inauguram a temporada. Outrora, antes de meados de Outubro não se via um bom filme. A época começava como acabara a precedente, com as películas modestas, que são a escolha obrigatória das produções de maior tonelagem... Normalmente, era assim. Os empresários aguardavam, pacientemente, que Lisboa regressasse das praias — com a folga necessária para que as senhoras pusessem em equação as suas «toilettes» de inverno. E, por via de regra, só quando as primeiras chuvas persistentes davam ao inverno o seu «clima» próprio — é que os tiros surgiam, como engôdo e prenúncio das grandes enchentes. Até lá, o tédio mergulhava as salas numa pasmaceira atroz e a época de outono, na tela, tinha estranho paralelismo com o espectáculo natureza, porque «caíam» finalmente as últimas folhas da floração anterior...

Nos últimos anos, tudo mudou. Os cinemas passaram a reabrir mais cedo, e, o que é mais importante, com melhores filmes. De época para época, a qualidade das películas subiu de tom. A teoria de que não há data boas ou datas más, mas apenas maus ou bons filmes, parece ter novos adeptos.

Segundo nos informam, o São Luiz, o Eden, o Palácio e Odeon, inauguram a temporada em meados de Setembro, respectivamente com *Tudo o vento levou*, *O amor de perdição* e *Ave de arribação*, três filmes com condições de sobre para se manterem durante longas e longas semanas no cartaz.

A época não poderia iniciar-se sob melhores auspícios.

Don Ameche é português? Foi o «Século» que pôs a pergunta, em face da informação dum leitor de Vila Real que afirma ter sido companheiro de liceu do famoso artista. O protagonista de *Sinfonias Modernas* chamou-se-ia Rodrigo da Nóbrega Medicis.

Pela nossa parte não duvidamos da possibilidade. Procurámos, no entanto, confirmá-la com os elementos de que dispomos.

Assim, no *Who's who on the screen*, editado pelo «Picturegoer», afirma-se que Don Ameche — que se chama na realidade Dominic Amici, segundo a mesma publicação — é americano de gema, porque teria nascido em Kenosha, Wisconsin. De acôrdo com a mesma biografia, estudara para advogado e acabara por se dedicar ao teatro.

O «Motion Picture Almanac» confirma inteiramente tais informações e cita os colégios e universidades «yankees» que êle cursou.

Como vêem, estes elementos não são de molde a levar-nos à convicção de que Don Ameche é português. E, no entanto, pode ser... Quem diria que Tony d'Algy foi nado e criado em Portugal? Mas, até lá, permitimo-nos pôr de remissa a informação, até que a verdade surja, em toda a sua evidência.

O Brasil não está contente... A princípio exultou com a ida de Carmen Miranda, para Hollywood. Agora, parece-lhe que Hollywood exagera...

Senão, vejamos êstes pedacinhos de ouro, arrancados a um artigo de Enéas Viány, publi-

cado no mais popular hebdomadário cinematográfico do Rio de Janeiro:

«Uma sambista que vai aos Estados Unidos e canta dois ou três sambas numa película sem valor, é considerada, nada mais nada menos do que a expressão do Brasil no estrangeiro; e quando regressa ao país que a acolheu carinhosamente, recusa-se a atender aquêles que contribuíram para o seu levantamento. Os leigos ficam na ilusão de que, com isso, o Brasil vai-se tornando conhecido nas terras do Tio Sam, porque ali temos uma *Embaixatriz do Samba*... (Ainda se ao menos fôsse de Cultura)».

E, mais adiante, o mesmo Enéas insiste: «Conheço vários camaradas entendidos, que colocam o nome de Carmen Miranda, no mesmo plano do de Guiomar Novais, Gilberto Freire ou Bidu Saiaõ...»

Não há dúvida de que os brasileiros estão amuados com Carmen Miranda. E ainda que não tivéssemos provas em letra de fôrma — as palavras de Carmen no filme-anúncio de *Maré Cheia* não nos deixavam dúvidas, a êsse respeito...

Com inúmeras piscadelas de olhos, a pobre Carmen Miranda cansou-se a dizer aos seus irmãos adoptivos, «que é a mesma — e que a Hollywood nem sequer a mudou um bocadinho!» Mas os Enéas da Imprensa brasileira não são da mesma opinião e pedem uma Embaixatriz da Cultura — pois quanto ao «samba» entendem que já basta...

Um jornalista de Hollywood acaba de fazer algumas revelações sensacionais sôbre a maneira de ser das mais célebres vedetas da Cinelândia. Assim, Lana Turner, em matéria de aritmética, é o que pode chamar-se uma autêntica negação. Os números exercem sôbre ela a estranha influência... Afirma-se incapaz de fazer as contas mais simples... Mickey Rooney não lhe poupa essa fraqueza. E diz-se que, quando dança com ela, só para a arrelhar, lhe pergunta com a voz mais doce, ao som dum «slow» embalador:

— Diz-me, meu amor: dois e dois, quantos são?...

No capítulo musical, é tão ignorante como na tabuada... Confunde Debussy com Cole Porter e, noutro dia, quando lhe tocaram uma conhecidíssima valsa de Chopin, como se fôsse dum autor ignorado, quis por fôrça «proteger» o inspirado compositor...

Ginger Rogers tem fama de ser «snob»... O jornalista em questão considerava-a um poço de vaidade. Mas uma vaidade estranha, que se não traduz no desejo de deslumbrar... Fora dos estúdios, Ginger não usa «maquillage». Tem o rosto cheio de sardas, o cabelo avermelhado e o nariz sempre luzidio...

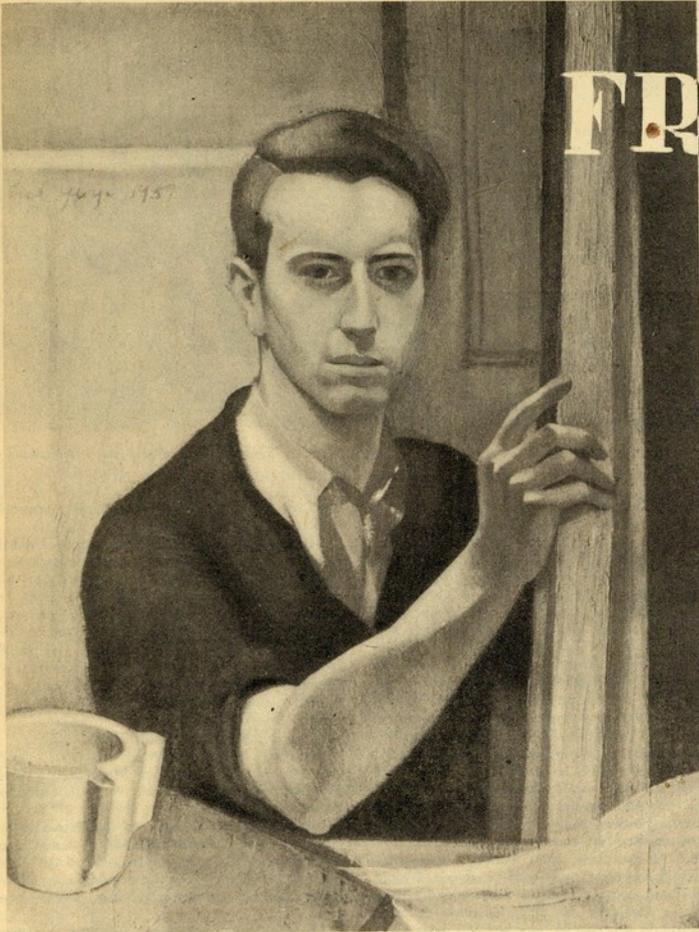
Não prosseguimos, para não entristecer os leitores. E se trouxemos o assunto para esta página de comentários, foi para lhes dizer o seguinte: Não acreditem nestas reportagens «à sensation». São um truque publicitário — como qualquer outro. Hollywood, acima de tudo, interessa-se por que se fale nas suas vedetas — bem ou mal, pouco importa.

E é essa a razão porque às vezes publica notícias falsas, que fazem corar de vergonha e de indignação, as estrelas visadas, se elas não preferissem encolher os ombros e dizer com os seus botões:

— Não tem importância! É para nosso bem...

FREDERICO GEORGE

REVELAÇÃO DA PINTURA MODERNA



AUTO-RETRATO

S há na geração nova um pintor que o seja pelas suas altas qualidades de realização e composição, esse pintor é Frederico George, «primo inter pares». Pertencendo a uma pleiade que assumiu corajosamente a atitude de renovar a pintura, dando-lhe moldes e interpretações arrojadas e superiorizando a cor e a luz na harmonia dos conjuntos e na esvelteza das composições, Frederico George pela sua obra já revelada é um pintor que honra a pintura moderna inconformista.

Desde muito novo ainda, escolar nas Belas-Artes, Frederico George começou a revelar as suas nobres qualidades e uma riqueza pictural inconfundível. Assim a sua personalidade coexistiu logo com a sua maneira, que se tornou deste modo facilmente reconhecível.

José de Figueiredo teve a intuição do seu valor, adquirindo uma paisagem sua para o Museu de Arte Contemporânea, que é certamente um dos trabalhos mais harmoniosos e mais perfeitos aí expostos. Pintura que exclui todos os artifícios, numa síntese manifesta, os efeitos que a luz e a cor na vibração humana das tintas têm nos seus quadros e nas suas telas, dão-lhe um fundo sensorial e apaixonado pela Natureza.

Em exposições parciais, no Secretariado de Propaganda, nas Belas-Artes, o seu nome honra a nova geração, na casa dos trinta anos, e fá-lo notar e fixar como um Artista independente e absolutamente original. Na última dessas exposições, uma pintura a fresco sobre motivos religiosos, lembrando por vezes a elevação dum Giotto, dum conjunto, numa harmonia e numa perfeição e unidade de detalhe imediatamente reconhecíveis, denotam um acabamento, uma resultante maravilhosa e a classe pitórica do autor.

Só um pintor absolutamente apetrechado, pela técnica, pelo bom gosto e pela fusão harmoniosa das cores e das tintas e da sua equação inteligente e combinada, pode, tão novo ainda, revelar uma totalidade e uma tão manifesta exigência de qualidades cromáticas.

Estão, de facto, reservados a este plástico dias gloriosos. A sua cultura, o afinamento dos seus conhecimentos de arte, os vários géneros cultivados, entre os quais decorações e obras de embelezamento decorativo, puseram à prova a serenidade e a confiança nos seus próprios méritos. Assim o inconformismo e o espírito inquieto e revolucionário da sua pintura evoluíram, aperfeiçoaram-se e deram-lhe um método e um equilíbrio que é o somatório venturoso das suas qualidades. Daí, portanto, a sua consequente firmeza e segurança de composição.

A previsão de José de Figueiredo ao adivinhar e sentir os recursos tão precoces e notórios deste plástico e pintor de arte, cumpre-se honrosa e nobremente. Frederico George é um pintor total, um pintor com princípio, meio e fim em todas as suas composições. Daí a harmonia e o bom gosto dos seus conjuntos, onde se sente a ausência completa de influências perigosas.

A sua atitude independente, o silêncio que tem envolvido a sua evolução, a febre criadora e discreta deste artista, são uma autêntica revelação. Como tal nos cumpre justamente divulgá-la — já que a sua obra mais não é do que o atestado das suas expressivas e raras qualidades picturais.

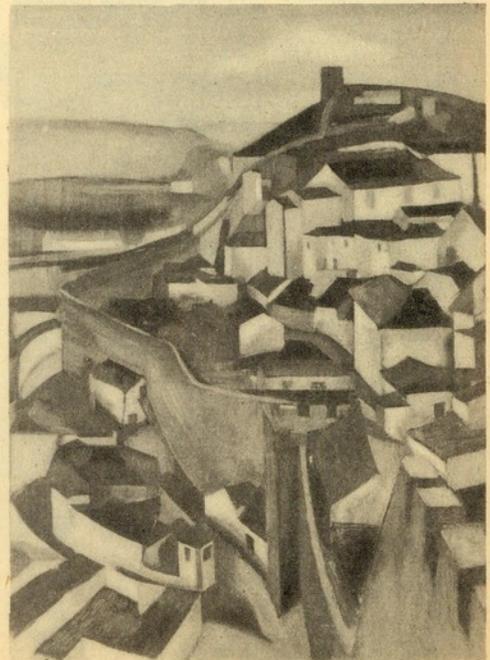
Afirmou Ramalho Ortigão: «Como classificação geográfica, apesar da virtuosidade magistral de alguns artistas, apenas da nossa pintura se pode dizer que ela é vagamente europeia».

Foi justificado o seu pessimismo. Mas desde Rosseti e Puvis de Chavannes, eclodiu uma revolução na Arte moderna, criando-se uma liberdade total de realização, a que Camille Mauclair chamou «o cisma da ideologia e da virtuosidade na pintura».

Frederico George é um discípulo desse «cisma», dessa independência de processos, aperfeiçoando-se como pintor e pintando cada vez melhor na persistente e tenaz lição de si próprio.



FRESCO



ÓBIDOS

Dos livros e DOS HOMENS

★
POR LUIS FORJAZ TRIGUEIROS

APONTAMENTOS

CONTINUA o «Diário Popular» a sua campanha para a comemoração nacional do primeiro centenário de Eça de Queiroz. Em sucessivos artigos tem aquele nosso colega da tarde fixado as linhas gerais dessas comemorações a que, segundo supomos, o S. P. N., e o Círculo Eça de Queiroz vão dar todo o seu patrocínio. Mas uma questão se levanta já: Eça de Queiroz nasceu em 1844 ou 1845?

Há quem pretenda que o imortal escritor de «Os Maias» nasceu... em 1846. Seja como for, passe o primeiro centenário do seu nascimento dentro de um ou dentro de três anos, é tempo de começar a pensar-se já no carácter, no *estilo*, das comemorações. E isso é, na verdade, o mais importante; o resto virá a seu tempo.

★ ★ ★

O Secretariado da Propaganda Nacional vai lançar uma coleção de opúsculos de divulgação da cultura e do pensamento luso-brasileiro; essa coleção que será, talvez, iniciada com um notável trabalho do glorioso Almirante Gago Coutinho acerca do descobrimento do Brasil será subordinada à rubrica «Coleção Atlântico» e destina-se a uma larga expansão nos dois países. A edição far-se-á por intermédio da Secção Brasileira do S. P. N., que tem desenvolvido desde a sua fundação grande acção cultural e de intercâmbio.

★ ★ ★

O nosso colega «Diário de Lisboa» iniciou assim um artigo na sua última página literária, acerca do livro «A mulher na obra de Eça de Queiroz», do nosso colaborador Luis de Oliveira Guimarães:

«Não haveria entre nós muitos escritores que pudessem abalar-se a este tema, com a simplicidade, o à vontade, a desenvoltura e facilidade que Luis de Oliveira Guimarães foi capaz de revelar: *As mulheres na obra de Eça de Queiroz*. Em primeiro lugar, porque Luis de Oliveira Guimarães tem um estilo literário, um dom perceptivo e um sentido de expressão em que não deixa de se surpreender um misto de alguma coisa que provém simultaneamente da sagacidade de Eça e da ironia de Ramalho. Por outro lado, há nele, pessoalmente, um talento especial para descobrir o relevo das coisas de nada, o pitoresco infinito das futilidades. E, apesar de toda a profundidade insondável da psicologia feminina, bem se pode dizer que a mulher é e continuará a ser a obra-prima mais acabada do reino das coisas fúteis».

★ ★ ★

A Livraria Educação Nacional, do Porto, vai lançar uma série de cadernos, escritos pelos nossos melhores críticos literários de hoje, versando assuntos de literatura portuguesa contemporânea.

★ ★ ★

De Branca de Gonta Colaço e Maria Archer vai ser publicado dentro de poucos dias — edição da Parceria António Maria Pereira — um livro de forte sentido evocativo: «Memórias da linha de Cascais». O título diz quasi tudo. Os nomes das suas autoras dizem o resto.



João de Barros

O DOM DA SIMPATIA E O CULTO DO BELO

NUM artigo escrito há tempos, e em que, segundo parece, houve quem visse estranhas intenções, ocupei-me de certo defeito que vai sendo corrente nos meios literários portugueses — conforme nos demonstra a triste experiência de todos os dias: a «falta de simpatia» com que alguns escritores caminham ao encontro da obra alheia, sem curarem de saber até que ponto essa obra corresponde a um estado de alma profundo e respeitável, e sem tentarem, sequer, comungar ampla e satisfatoriamente com as raízes do que não conseguem sentir. Caso pitoresco, esse artigo fora entregue ao jornal em que veio mais tarde a ser publicado, dois meses antes do meu último livro começar a ser composto na tipografia. Afinal, só muito mais tarde saiu, quasi coincidindo a publicação com o aparecimento do referido livro. Pois houve almas generosas que ligaram os dois factos e viram no artigo uma espécie de pedido de benevolência à crítica indigena... Julgar deste modo é — na melhor das intenções — não me conhecer. Mas adiante. O caso não tem importância a não ser como documento.

A verdade é que ainda há, felizmente, escritores dotados desse dom de simpatia que, sendo um dom transfigurador, é também uma virtude primordial de coração e de espirito. Um dos exemplos mais frisantes e expressivos do poder de compreensão e de simpatia intelectual é, sem dúvida, essa grande sensibilidade de poeta em que João de Barros emoldura toda a sua obra de escritor, toda a sua carreira de homem de letras. Sensibilidade dotada, como as de raríssimos escritores, para poder abarcar num grande movimento de compreensão efusiva e de generoso amplexo quanto é vivo — e por ser vivo é verdadeiro. Dois livros de João de Barros chegam-me quasi simultaneamente às mãos — a reedição de *Vida Vitoriosa* e a sua colectânea de crónicas e conferências — *Presenças eternas*. Dois livros inteiramente diferentes? Engana-se quem o pensar. Dois livros ligados pela mesma personalidade que os tornou possíveis. O poeta de *Vida Vitoriosa* está inteiro em todas as páginas de *Presenças eternas*, e se a critica ao primeiro livro já está feita há longos anos, a critica ao segundo só se pode conter na mesma capacidade de admiração que João de Barros, em cada página, tão larga e conscientemente afirma. Admirar é compreender — e só se compreende quando se sente. Não fosse João de Barros o poeta que a si próprio grita: «sobe mais alto, coração, mais altos», e não seriam

possíveis as páginas de evocação e de divulgação que dedica a memórias que lhe são particularmente queridas — e dentre todas saliento as que se referem a João do Rio e a Manuel Laranjeira. Essas «antenas de alma» que João de Barros encontrou em Manuel Laranjeira e confirma no seu permanente despertar em face dos mais graves dramas interiores, essas «antenas de alma» possui-a também o poeta de *Vida Vitoriosa*, até quando uma asa doirada de paganismo — puramente literário — cobre o helenismo natural dos seus versos. Se os poemas de *Vida Vitoriosa* exaltam uma alegria deslumbrada perante os espectáculos eternos da Pátria, do Amor e da Terra, as crónicas de *Presenças eternas* só confirmam, afinal, o lirico, para quem o mundo da beleza existe, o poeta que encontra no convívio da inteligência que admira, a própria razão de ser da sua obra. E uma grande idéia, dominadora, a que João de Barros tem consagrado toda a sua carreira de escritor, domina muitas páginas de *Presenças eternas* — a «presença do Atlântico» que deu ao seu temperamento de crónica as mais vastas perspectivas, desde as páginas de «Promontório sacro» até à exegese do perfil humano de Paulo Barreto — cuja obra de aproximação luso-brasileira João de Barros constantemente evoca num preito de fidelidade que é um dos timbres mais altos do seu coração e da sua mocidade intelectual.

No seu vasto preceptorado tem João de Barros sido sempre fiel a essa harmonia da amizade — e das amizades — que só por si definem um carácter e uma vocação. Quem estas linhas escreve habituou-se a admirar João de Barros desde os bancos da escola, quando, apagado estudante liceal, só uma vez deparou com um professor verdadeiramente humano — e, esse, era o poeta luminoso de «*Vida Vitoriosa*». Já então, no alvorcer da minha meninice, a intuição própria dos adolescentes me fazia adivinhar no professor que para lá da sua posição didáctica não deixava nunca de ser um Homem, o poeta admirável que mais tarde haveria de admirar com o mesmo desinteressado afecto com que então aprendi a estimar o mestre. Na verdade, seja qual for o condicionalismo a cuja luz se examine a obra deste escritor, ninguém lhe poderá recusar nunca o dom inestimável da simpatia humana, no movimento de alma com que sabe admirar e sentir o esforço dos outros homens. E acima desta virtude essencial há que não esquecer a atitude de permanente acôrdo com o célebre verso de Keats que João de Barros escolhe para epigrafe dum dos seus poemas: «A thing of beauty is a joy for ever...». Nenhuma legenda poderia exprimir melhor a posição excepcional deste poeta perante a vida.

NOS HOSPITAIS há tragedias Que Palpitam dentro dos trapos vendidos!

UM anúncio viera pôr umas linhas sêcas na agenda de serviço: leilão de fatos na Secção de Abastecimentos dos Hospitais Civis.

Era ali ao Hospital de S. José. Talvez valesse a pena ir até lá. Fatos, destroços de uma jangada de vida, últimos resíduos de corpos levados pela morte. Tudo aquilo devia ter uma história, de características variáveis e um fundo comum: doentes para quem a vida cessara, miséria atirada para o catre da morgue, pelo caminho do hospital...

O resto... Que importa o resto?

Nomes, situações, amizades, ódios, dores físicas e morais — tudo isso é anónimo, como os montões de roupa atirados para as caldeiras desinfectoras...

É uma legião de doentes, gente pobre, essa que entra ali nos hospitais civis. Uns salvam-se porque a sua hora não chegou e a ciência os ampara; outros perdem-se na bruma da morte e penetram na zona do silêncio e do mistério, aves batidas pelo vendaval da vida e que se acoitam no catre da enfermaria, à espera de uma réstea de paz sepulcral...

Avezitas a escorrer miséria e a tiritar de dor — aguardam a sua hora: sôbre os ossos, os trapinhos mais miseráveis da sua miséria, porque o prestável daquilo que não presta, ainda pode servir para os que ficam. E todos sabem quantas voltas, quantas ralações se passam, para arrancar do hospital os despojos da matéria que foi lançada à terra entre quatro tábuas desconjuntadas...

Para herdar aquilo que pertenceu a quem nada tinha, são precisos gastos e trabalhos sem conta: a Junta de Freguesia passar atestado de que é herdeiro, de que é pobre — e não sabemos ainda que muito mais. Depois, as coisas vêm queimadas do vapor e do formol: mal o ferro de goma passa em cima, riem-se da cubija dos herdeiros, desfazem-se-lhes nas mãos e vão juntar-se no outro mundo à alma dos seus donos...

É certo que os fatos não reclamados, passados pela mesma desinfecção e depois vendidos a péso nos leilões — não têm melhor sorte... Louvado seja Deus, que todos se esfarripam!

Ainda assim, há sempre uns quatro ou cinco carolas que aparecem, por mais mal que digam do leilão: compram os lotes à razão de cinco mil e tal o quilo de trapo e vendem-no — dizem... — a pouco mais de dois mil e quinhentos...

— Trinta e sete casacos, 235\$00! — passam sem lance.

— Dezassete saias, 33\$00! — são arrematadas por trinta e quatro...

Mas, a verdade é que, depois de se passar pelas calças, pelos coletes, pelas camisas e ceroulas — é o calçado e os chapéus o que mais interessa. Aquilo limpo e engomado ou com umas tombas novas, ainda tem o seu préstimo. Mas o calçado passa afinal sem lance e os chapéus são arrematados por 20\$00. Um sujeito magrote, de óculos, tipo de usurário e olhos postos no chão, cheira, mira, remira e diz à sua Conceição, enquanto de mãos nas costas regressa ao seu poleiro de coruja:

— Põe lá mais cinco tostões...

Os lotes — os montes de camisas evlhas, de calças remendadas, de solas sem contrafortes e contrafortes sem solas, abotoadas com arame — tudo isso regressa ao canto do armazém. Amtontoam-se, vão-se juntar às muitas que lá estão, para o grande leilão do fim do ano...

* * *

Roupas velhinhas, restos de rendas, sombras de garridice feminina consumida pela terra — quem lhes conhecerá a história?

De tantos crimes, dores, injustiças e amor — restam aquêles escolhos, destroços de naufrágios, fantasmas que palpitam dentro dos trapos que ficam!

Quem conhece a dona daquella saia com rendas brancas à roda? Que seio se anichou naquele corpetezito esfrangalhado? De quem eram aquelas botas sustentadas nos pés com arame ferrugento? Trazem ainda agarrado às solas pedaços brancos de barro; talvez o dono trabalhasse numa pedreira e fôsse vítima de desastre — a epepeia dos humildes! — talvez fôsem de algum mendigo «acometido de doença súbita», colhido sôbre a barreira, seu lar...

Lemes desmantelados, velas rasgadas, são tudo isso — as roupas dos leilões, roupas que ninguém quer e que ali ficam tão esquecidas como os corpos que cingiram até à hora de envergar a camisa numerada do hospital...



O sr. Ferreira está deveras interessado nestas botas de jogador de futebol e aquêlo outro, que é arrematante novo no sítio, talvez se decida pelo lote das camisolas...

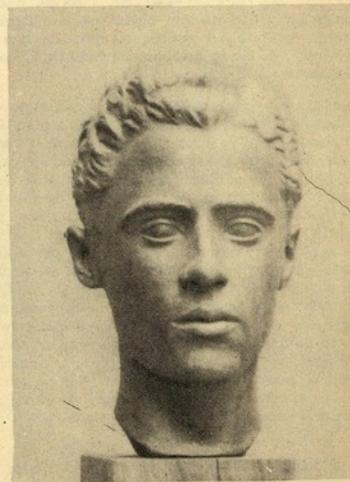
JOAQUIM
VALENTE

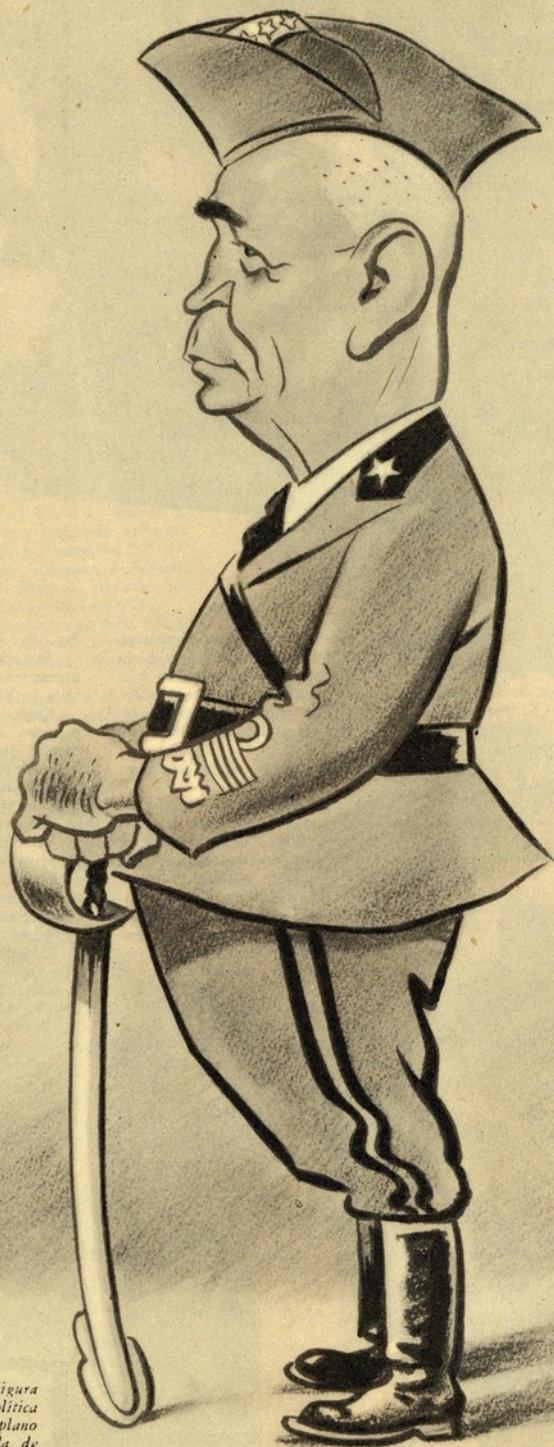
Um
Escultor
Moderno



NUNCA, depois que a pintura galgou degraus de emoção nova e adquiriu expressões de simbolismos estranhos à sensibilidade do público deseducado, a escultura tivera tamanha aceitação entre nós. Parecia que uma desorganização de fórmulas e conceitos de arte pusera em pânico a atenção e o gosto dos frequentadores de exposições — dos frequentadores para comprar, sem dúvida, o grande estímulo da arte. Sem compensação material não há, de facto, interesse absoluto do artista pela sua arte que sente nesse interesse não o lucro mas a predilecção de quem vê o seu trabalho. Daí, o facto de aparecerem hoje mais do que nunca os escultores — a ponto de, nas exposições de arte, serem eles a nota dominante que pertencera anteriormente à pintura. Na verdade, hoje modela-se mais, há mais escultores — e melhores. A mocidade, principalmente, entrega-se com emoção a essa expressiva realização pelo escôpro e cinzel. E, entre os novos, há que destacar um nome: Joaquim Valente, um rapaz de valor, de larga visão estética e de técnica modernista, que não abandona, entretanto, os bons princípios escolares.

São dêle as duas reproduções que damos — dois expressivos retratos — que, por sinal, mereceram Menção Honrosa no 40.º Salão Primavera, da Sociedade Nacional de Belas Artes, e que vão aparecer brevemente, no «Salón» do Estoril.





MARECHAL BADOGLIO — Uma figura que os últimos acontecimentos da política italiana trouxeram para um grande plano do panorama internacional. A queda de Mussolini fez ascender a chefe do Governo italiano esta figura prestigiosa do exército, a que não faltarão tacto e inteligência para momento tão delicado da história da Itália.

(Caricatura de Santana)

SANTANA



O PESSOAL DA CARRIS

TEM UMA BANDA DE MÚSICA

UMA REPORTAGEM POR SILVA BASTOS



comidas e bebidas em frente da Estação do Arco do Cego. Não sei o que mais deva admirar neste quasi trágico transe: se a extrema benevolência do regente, se a admirável resignação dos executantes.

Os tempos mudaram. Hoje, a «Banda da Carris» tem uma bela casa de ensaios, um gabinete de Direcção, uma Biblioteca e, acima de tudo, um «ambiente» de primeira ordem.

Os «Directores» da Companhia vieram em auxilio da obra dos seus empregados e deram-lhes facilidades de toda a ordem.

A sede da Banda está instalada no cimo do elevador de Santa Justa. O local é sossegado, depois das dez horas da noite, e as vizinhanças, — paredes meias com esse agrupamento admirável que é a «Banda da Guarda Nacional Republicana» — devem constituir um belo estímulo.

Quem depois daquela hora passar no cimo do elevador, às 2.ª, 4.ª e 6.ª, pode gozar gratuitamente o prazer de ouvir os ensaios da «Banda da Carris». É seu regente o professor Amadeu Augusto Barbosa, um homem que ao ensino da música tem dado o melhor da sua vida.

Todos os anos, na Praça de Algés, a banda realiza uma festa taumática que já tem tradições. Os sócios pagam as suas quotas e com todas estas verbas fundou-se uma «Caixa de Auxilio», distribuem-se pensões e regalias da mais diversa natureza.

Os homens simples encontraram a felicidade sempre que se uniram à volta duma idéa que os irmana. A música, como Arte de primeira grandeza, é filha espiritual dos homens bons. Por isso eles a compreendem e a sentem como ninguém.

Quanto à «Banda da Carris» estou tentado a terminar estas simples notas de reportagem com as mesmas palavras com que terminam os «Anais» a que já me referi:

«Apresento, com o profundo reconhecimento de quem sempre viveu a sonhar no bem colectivo, os meus melhores votos pelo feliz prosseguimento desta bela obra; para que amanhã, quem olhe o passado, possa dizer, com orgulho: — a vida passa, mas as obras ficam».

(Fotos Seródio)



Os carros eléctricos não são tão feios como os pintam. Se o 889 vai à manivela e é o 284 quem corta os bilhetes fique o leitor sabendo que está na presença de dois componentes da «Banda da Companhia Carris». Se tiver algumas dúvidas, olhe para os braços esquerdos dos respectivos funcionários. Uma lira prateada é um emblema que fala como gente.

Mas talvez os distinga melhor pelos toques das campainhas.

O guarda-freio, de vez em quando, solfeja com o calcanhar — a maneira mais harmoniosa de prevenir os transtornos — e o condutor percorre toda a escala cromática com os «tiques» do alicate e os acompanhamentos do sinal de «pode seguir».

Se o pessoal da Carris é inconfundível e popular, a sua Banda de música reveste-se das mesmas características. Fundada por meia dúzia de «carolas», todos os passos da sua existência têm sido norteados pelo ideal da solidariedade humana. Desde o seu início, em 1929, até hoje, este agrupamento musical tem uma larga fô-

lha de beneficência que é um título de orgulho.

Sempre que uma causa humilde ou uma obra generosa necessitem do seu concurso, a «Banda da Carris» não falta à chamada.

Como já se disse, a idéa deste agrupamento nasceu primeiro no coração de meia dúzia de carolas mas só depois, através de mil sacrifícios, a idéa tomou vulto e se tornou realidade.

Vale a pena transcrever dos «Anais» da Banda (palavras do sócio fundador André António Maia) como foram os primeiros ensaios:

«O Adelino Alves Cruz, guarda-freio 983, o Mário de Oliveira, condutor 474, e tantos outros, cujos nomes não me ocorrem, foram de porta em porta, como pobres pedintes e recorrendo a amigos seus, conseguiram arranjar, por empréstimo, alguns instrumentos, em diversas sociedades de recreio.

O primeiro ensaio deu-se, salvo erro, em casa de Luis Marques Antunes, que submeteu a pobre familia ao ensurdecador castigo do ensaio de uma banda de música, numa divisão, para o efeito, demasiadamente pequena.

Outros ensaios se deram, depois, em locais que já me não lembram, a não ser o que se deu no barracão do nosso amigo Joaquim Antunes, hoje um belo edificio de



REALISADOR NO «SÉCULO»
E DA «CAPITAL»

Manuel Guimarães



Manuel Guimarães, num dos seus últimos retratos

ERA O JORNALISTA QUE NÃO ESCREVIA

DIAS antes, viera a Lisboa. E, como de costume, fui visitá-lo no «Século», cuja sub-direcção Pereira da Rosa lhe confiara anos atrás. Corria a primavera de 1938, nitida já naquele entre Abril e Maio. Fatigado da constância exasperante do clima insular-tropical das Canárias, das chuvas que limpavam com fortes trovoadas o horizonte azul de Lisboa, sómente agradecia o frescor. Pelas amplas janelas do gabinete de Manuel Guimarães, situado a nascente, jorravam a luz e o sol confortável.

Nêle mal se adivinhavam os setenta anos feitos. Manuel Guimarães amava toda aquela penugem luminosa filtrada pelas gelosias, refrescante, no arranjo da secretaria sempre limpa de papéis, e do Tejo aos Cardais de São Bento passava a firme vista.

Filho de São Tomé, no rosto levemente bronzado rasgara-se uma máscara de palpitante inteligência. As suas palavras tinham sempre uma expressão nova, uma cintilação inédita:

— Oh! Esse verde imutável dos palmeirais, das bananeiras, dos coqueiros. Tudo igual, tudo cortante como navalhas... O céu, enovado, úmido, e a gente a sentir que o sol está por detrás de toda essa barreira invencível! Que horror... Bem senti em pequeno o clima dessas terras. No mesmo dia, disse você, há as quatro estações. Exacto! Um autêntico «cacharoleto» climático. Foi o que arrazou meu filho em Timor. E é essa constância inconstante, esse equilíbrio desequilibrado o que mata o europeu por toda a costa de África e do Brasil. Esfalfa, martela, o resto é um acidente, o epilogo da tragédia... Pior que o mosquito, é essa umidade traiçoeira. Um pavor! Sentimo-nos oxidados, enferrujados — e os coqueiros como vassouras impotentes a quererem-se espetar nesse céu de algodão...

Levantara-se e cruzava, em largas passadas, o gabinete. Afluam os telegramas, retiniam os telefones, sucediam-se os correios. Ele tudo despachava com um grande lápis bicolor. Traço azul neste, traço vermelho naquele. Chegara, entretanto, Acúrcio Pereira, e, ao recebê-lo, elogiou-o pelo imenso trabalho desenvolvido na madrugada anterior, mas censurando-o amigavelmente:

— Você mata-se... Isso assim é demais... Já sei pelo António Maria Lopes que esteve adoentado. Isso é um suicídio! Meses e meses sem uma

folga... Sempre agarrado à secretária, é demaisiado... Tudo tem um limite!

— Não faz mal. Em casa, estou aborrecido; e tenho de vir para aqui ver os papéis. E já me sinto bem. Parece-me que sou feito de borracha. Sou mesmo um sempre-em-pé...

E Acúrcio Pereira ria-se, ao mesmo tempo que explicava e apresentava o expediente: maços, montanhas de papéis rabiscados na caligrafia fantástica dos correspondentes das províncias... Ou, então, as inúmeras fôlhas das agências telegráficas, onde as mais graves notícias do estrangeiro se confundiam com insignificâncias no mesmo teclar barroso das máquinas de escrever e no mesmo amontoar de incongruências e disparates, graciosos por vezes, outras levando os redactores, alta madrugada, durante a redacção definitiva, a faltas graves de gramática, de geografia, de biografia...

O certo é que, daqueles materiais confusos, ia surgindo o jornal do dia, do qual, ao findar a tarde, estava quasi terminada a «maquette», faltando-lhe, só, os serviços da madrugada — os mais esgotantes e os de maior responsabilidade, mas que exigiam dos redactores extrema celeridade e acêrto.

Naquele dia, Baldwin, declarara nos Comuns, ao deixar, por dignidade politica, a chefia do partido conservador já coligado com o trabalhista na expectativa de acontecimentos europeus transcentes, estas palavras gravissimas e que o momento presente confirmam:

— As fronteiras da Inglaterra estão no Reno, no Vistula e no Pó, em toda e qualquer parte em que o interesse do Império e a liberdade britânica o exijam!

E logo o comentário de Manuel Guimarães, fazendo ressaltar a importância daquelas duas linhas mecanografadas:

— Este é o bom caminho. Eis a noticia do dia e a realidade de amanhã. Baldwin teve de dizer ao rei Eduardo VII que abdicasse, mas éle, por disciplina nacional, abandona todos os seus lugares da chefia do governo à do maior partido britânico. É um acto de respeito para com éle próprio. Mas, ao fazê-lo, proclama o Império em perigo, brada ao inglês médio, ao homem da rua, que as fronteiras inglesas já não são mensuráveis pelos limites insulares, mas sim pelos rios vitais

da Europa: o Reno, primeiro; depois, o Vistula; por último, o Pó. E tudo se terá de ajustar à linha traçada: a técnica, a aviação, a marinha de guerra. A guerra de Espanha é o prólogo da guerra da Europa!

Nervosamente, sacudidamente, expôs Manuel Guimarães o ponto vital do jornal do dia seguinte: uma estranha vitalidade o animava. Vivía intensamente a atmosfera de redacção esse jornalista de características irreproduzíveis, e que de tanto orientar e faiscar já nem sabia escrever, pois toda a sua grafia se reduzia a uns quantos riscos. Que interessante chefe e camarada éle era, no entanto! Como seleccionava os redactores, lhes ensinava a lição e nos punha a trabalhar com o máximo de rendimento.

Ainda dessa vez vibrava. Pouco depois, lá longe, ao desdobrar uma montanha de jornais, fulminou-me a noticia da sua morte, agarrado àquela mesma secretária, e quando, de telefone na mão, sugeria um assunto, contornando-lhe o desenvolvimento.

O sentido humorístico que tinha da vida, sem ser flagrante sarcasmo tão pouco era risível comédia: respeitava os homens e as coisas.

Contou-me, de uma vez, a campanha que promovera na «Capital», aí por 1912 a 1914, e cuja conclusão fóra a chamada do Dr. Bernardino Machado, nesse momento ministro no Rio de Janeiro, após um artigo intitulado:

— A solução da crise está do lado de lá do Atlântico!

E acrescentava, sorrindo, ao recordar:

— Chegado o Bernardino, telefonou-me: Que me queria falar! Chamei um carro e disse ao secretário da redacção: dê-me já, a correr, o «Anuário Comercial».

— Por quê?

— O Bernardino há-de formar governo mas não se lembra, nem dos nomes nem das moradas. E assim foi! Ele disse-me: poupei, Manuel Guimarães, com o seu «Anuário», uma semana de dúvidas e buscas. Venho desactualizado, nem de mim próprio já me recordava!...

CONSIGLIERI SA PEREIRA



A ESQUERDA: Em 1935, o sr. Presidente do Conselho visitou a Colónia Balnear Infantil de «O Século». A seu lado, vemos João Pereira da Rosa e Manuel Guimarães. — A DIREITA: Um documento do jornalismo português: 1) Dr. António Viana; 2) Dr. Cunha e Costa; 3) Eduardo Fernandes (Esculápio); 4) Manuel Guimarães; 5) Mariano Algeos; 6) Celestino Pereira; 7) Alfredo Pinto; 8) Couto Brandão; 9) Jorge de Azevedo; 10) Magalhães Fonseca; 11) Francisco Hogari Teves; 12) Agostinho Franco; 13) Joshua Benoliel; 14) Rodolpho Duro; 15) Tito Martins; 16) Adelino Mendes; 17) Dias Ferreira; 18) Artur Leitão Xavier; 19) Francisco Machado Vieira; 20) Morais Leal; 21) Eduardo Barbosa.

CALÇADA DA GLÓRIA

O JULGAMENTO DA "REVISTA"

Uma sala de audiências. As clássicas tribunas do juiz, do delegado e dos advogados. A mesa do escrivão. — No banco dos réus, uma rapariga, de cara pintada, braços nus, envolta em plumas. — Numerosa assistência na parte reservada ao público.

O juiz entra precedido pelo delegado e pelo advogado de defesa. A ré e a assistência erguem-se, por momentos. Todos tomam os seus lugares.

JUIZ (para o oficial) — Declare aberta a audiência.

OFICIAL (em alta voz) — Está aberta a audiência!

JUIZ — Levante-se a ré — Como se chama?

RÉ — Dantes chamavam-me «Revista-do-ano»: agora sou a «Revista-dos-mês».

JUIZ — O nome de seus pais?

RÉ — Minha mãe chama-se Fantasia; o meu pai... Eu tenho tido tantos pais que nem lhes sei o nome...

JUIZ — O seu estado?

RÉ — Bastante nervoso, senhor juiz. Nunca me vi numa coisa destas!

JUIZ — Sabe de que é acusada?

RÉ — Sou acusada de ofender a moral privada e de perturbar a segurança pública.

JUIZ — Que tem a dizer a isso?

RÉ — Calúnias de pessoas que me não vêem com bons olhos.

JUIZ — Nega então o crime de que é acusada?

RÉ — Sim, senhor juiz.

JUIZ — Sente-se a ré. (Ao oficial) Mandar entrar a primeira testemunha.

Clássico desfile das testemunhas de acusação e de defesa, as primeiras acusando, sistematicamente, a ré; as segundas defendendo-a sistematicamente. Instâncias. Contradições. Risos. Intervenção do juiz.

O OFICIAL — Não há mais testemunhas a inquirir.

JUIZ (ao delegado) — Tem V. Ex.* a palavra.

DELEGADO — Senhor juiz! Não oferece dúvidas que a prova está feita.

A ré constitui, pela sua linguagem, pelos seus costumes, pelas suas intenções, pela sua vida libertina, pela ex-

ACTO DE PERDÃO



SENHOR Moreira das Neves, risonho e piedoso coração, poeta, jornalista, prégador, premiado do S. P. N., homem de méritos e valores, por serdes Vós sumamente bom e digno de serdes amado sobre tôdas as coisas deste mundo e do outro, e porque vos admiro e estimo, pesa-me de tôda a minha alma, ver-me obrigado, por altos desígnios, a trazer-vos para os esplendores desta gloriosa calçada, ofendendo a vossa humildade e modéstia, mas proponho firmemente nunca mais vos tornar a pregar outra por estes tempos mais próximos, e, deste modo, espero alcançar o perdão das minhas culpas pela vossa infinita misericórdia. Assim seja.

citante nudez com que costuma apresentar-se em público, um verdadeiro perigo para uma sociedade patriarcal-

mente organizada como a nossa. A «revista» tem de ser uma escola de boa educação e não uma escola de má

O JULGAMENTO DA "REVISTA"

educação. O teatro de revista tem de ser, bacteriológicamente, puro. As impurezas, as palavras chocantes, os conflitos de moral duvidosa, pertencem ao chamado teatro de tese — e só a este. A revista tem de ser imaculada... (Risos e murmúrios na assistência).

JUIZ — Silêncio. Senão, mando evacuar...

O DELEGADO — Peço, pois, para a ré a pena que o Código dos bons costumes impõe, com tôdas as circunstâncias agravantes que se provaram durante a discussão da causa. Tenho dito.

JUIZ (ao advogado) — Tem V. Ex.* a palavra.

O ADOVADO — As minhas homenagens a V. Ex.*, sr. Juiz, e ao digno representante da acusação pública. Não, senhor juiz, a minha cliente não é uma criminosa: só um profundo e lamentável equívoco a pode ter trazido ao banco dos réus, um banco que é pena não ter já falido. Acusam a minha constituinte de imoral, de libertina, de perigosa para a sociedade, mas esquece-se, lamentavelmente, que a sociedade a deixaria morrer de fome — se ela se apresentasse de escafandro e a falar como um sócio da Academia. De resto, a revista tem a sua característica própria: é, essencialmente, popular; e, como às vespas de Aristofanes, temos de justificar as suas ferroadas. Nestes termos, peço a absolvição da minha constituinte.

JUIZ — Levante-se a ré. — Tem mais alguma coisa que alegar em sua defesa?

RÉ — Tenho a alegar que estou inocente e que vivo de privações.

JUIZ — Quem a vir nesse luxo não diria tal.

RÉ — É tudo alugado, senhor juiz. Quem me vale é o Paiva!

JUIZ (em aparte) — Pobre pequena!

(A ré senta-se. O juiz debruça-se na tribuna a lavar a sentença. Passa-se um quarto de hora.)

JUIZ — Levante-se a ré. — Vou mandá-la em paz. Reconheci que a sua situação de ré era difícil e que a minha situação de juiz o não era menos. O público também sabe julgar — e há-de absolver-nos a ambos... Está encerrada a audiência!

HISTÓRIA DA NOVA GUERRA MUNDIAL

* por Carlos Ferrão *

Capítulo X — A participação americana

2

AS NAÇÕES UNIDAS

No dia 1 de Janeiro de 1922, realizou-se em Washington a primeira reunião formal do conselho de guerra anglo-americano que devia estabelecer uma cooperação militar efectiva entre os dois países. Essa cooperação devia estender-se da actividade puramente militar a todos os assuntos que directa ou indirectamente se relacionavam com a condução de guerra por parte dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha e, de maneira especial, os que diziam respeito à produção e distribuição de material e de equipamentos que começavam a ser produzidos pelos dois países, em quantidades ainda há pouco mal previstas. A reunião assistiram, além do Presidente dos Estados Unidos e do Primeiro Ministro da Grã-Bretanha que, como dissemos, se deslocara a Washington para assentar nas bases praticas da colaboração anglo-americana, alguns dos mais categorizados chefes militares dos dois países, entre os quais se contavam o general Marshall e o almirante King, que superiormente dirigiam o exercito e a armada dos Estados Unidos.

A reunião assistiram igualmente os chefes da diplomacia anglo-americana, estando presentes, entre outros, o secretario e o sub-secretario de Estado norte-americano para os Negocios Estrangeiros, respectivamente os srs. Cordell Hull e Sumner Welles e o embaixador da Grã-Bretanha em Washington, Lord Halifax. A presença destas individualidades indicava claramente que, além dos assuntos militares que eram então os mais urgentes, havia a tratar assuntos de caracter politico que se relacionavam com a accção coordenada das potencias que se haviam decidido a combater as potencias do Eixo e o Japão. Não tardaria a revelar-se qual fora o motivo principal da presença dos chefes da diplomacia anglo-americana na reunião, inicialmente prevista para tratar da condução da guerra nos campos de batalha. Washington tornara-se o centro de uma intensa actividade politica em que se encontravam igualmente empenhadas nações dos continentes europeu, asiático e americano, a qual havia de ter o seu epílogo na assinatura de um documento que depois veio a ser a carta de solidariedade das Nações Unidas.

UMA DECLARAÇÃO COMUM

Esta designação, que depois tão grande publicidade havia de conhecer, substituindo oficialmente a designação de Nações Aliadas, corrente durante a configuração de 1914-18, foi empregada pela primeira vez no começo de 1942. No dia 2 de Janeiro, a Casa Branca anunciou a assinatura da declaração comum dessas nações, que eram, nessa data, as seguintes: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia, China, Holanda, Austrália, Bélgica, Canadá, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, Dominicana, S. Salvador, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Luxemburgo, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Polónia, Africa do Sul e Yugoslavia. Eram, portanto, vinte e seis nações, onze do continente americano, dez do continente europeu e cinco dos restantes continentes.

Essas vinte e seis nações assumiam o compromisso de pôr em comum todos os seus recursos e possibilidades na luta contra as potencias do Eixo e assumiam simultaneamente o compromisso de não realizar qualquer armistício ou paz separada com o inimigo. O caso do Japão e da luta contra esta potencia era considerado aparte, dada a posição especial dum dos signatários da declaração comum, a Rússia, que continuava a manter relações diplomaticas normais com o Império nipónico, com o qual havia assinado um pacto de não agressão oito meses antes. Mas as restantes potencias signatárias da declaração comum das Nações Unidas mostravam-se igualmente decididas a conduzir a guerra contra o Japão, o que não podia deixar de ser particularmente grato ao Governo e ao povo dos Estados Unidos, numa altura em que não havia ainda decorrido um mês sobre o incidente de Pearl Harbour. A declaração comum das Nações Unidas passou a ser o documento fundamental regulador da sua actividade, e desde essa data nenhuma delas se afastou do cumprimento dos compromissos então assumidos ou manifestou o propósito de negociar uma paz separada, continuando os respectivos governos a manter a sua decisão inicial de prosseguir na luta contra o Reich e a Itália.

O TEXTO DA DECLARAÇÃO

O texto da declaração comum das Nações Unidas era o seguinte: «Os governos abaixo assinados, tendo já subscrito e aceiteo o programa de principios e objectivos comuns, contido na declaração conjunta do Presidente dos Estados Unidos e do Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, conhecido pela designação de Carta do Atlântico, em 24 de Agosto de 1941, estando convencidos de que é necessário alcançar uma victoria completa sobre os seus inimigos, a fim de defenderem a vida, a independencia e a liberdade religiosa e a defender os direitos humanos e a justiça nos seus próprios países e nos outros, estando empenhados numa luta comum contra as forças que pretendem dominá-los, declaram:

1—Cada um dos governos signatários assume o compromisso de empregar todos os seus recursos militares e economicos contra os países signatários do Pacto Tripartido e contra os países que deram a sua adesão a esse pacto e com os quais se encontram em estado de guerra.

2—Cada um dos governos signatários da presente declaração se compromete com os restantes governos signatários a não negociar, com os países designados como inimigos, qualquer armistício ou paz separada.

3—A presente declaração fica aberta à assinatura de quaisquer outros países que estejam já prestes a prestar a sua colaboração e assistência material na luta contra o inimigo comum.

A evolução ulterior dos acontecimentos no continente americano e a entrada em guerra contra as potencias do Eixo de alguns países situados nesse continente, como o Brasil e o México, alargou a lista dos signatários da declaração comum das Nações Unidas. Essa declaração era, fundamentalmente, uma afirmação de principios que, tendo para as grandes potencias que a realizavam o valor dum compromisso efectivo, significava para as pequenas republicas

americanas e para os países da Europa que viviam em regime de occupação, uma afirmação doutrinária sem possibilidade de se traduzir em consequências immediatas. Entretanto, a sua influencia na marcha dos acontecimentos veio a revelar-se apreciavel.

A MENSAGEM DE 6 DE JANEIRO

Em Washington, a actividade politica e diplomatica em estreita relação com a actividade dos chefes militares prosseguiu incansavelmente durante os primeiros dias de Janeiro. No dia 6, o Presidente dos Estados Unidos dirigiu a sua mensagem ao Congresso em que apresentava o grande programa de construcções para os anos próximos, e explicava ao povo americano o significado da declaração das Nações Unidas. A mensagem presidencial começava por afirmar que nunca o povo americano se mostrara tão firme e tão unido no decurso da sua historia, e recordava as prevenções que, a titulo pessoal primeiro e depois no exercicio da sua função, dirigira ao Congresso e ao país, chamando a atenção de todos para os perigos que não cessavam de se acumular em torno da nação americana. Precisamente um ano antes—recordava a mensagem presidencial—Presidente dissera aos seus compatriotas: «Quando os nossos inimigos estão decididos a fazer-nos a guerra, seria loucura supormos que eles vão esperar que sejamos nós a iniciar essa guerra. São eles e não nós que escolherão o momento oportuno e o método adequado para nos atacar com efficacia». Este vaticinio, segundo a mensagem de 6 de Janeiro, tivera a sua confirmação nos factos, e o ataque a Pearl Harbour não fora mais plano de ataque há muito concebido. Este ponto de vista tinha, de antemão, a certeza de conseguir a aprovação dos membros do Congresso, que continuavam a mostrar-se particularmente impressionados pelas condições que se desencadeara no Pacifico o

ataque nipónico. A escolha da data para o envio da mensagem presidencial, precisamente quando se completava um mês sobre a realização desse ataque, fica um acto politico e psicologico destinada a transferir para os meios politicos responsáveis o «alugua» que passara a animar indistintamente todas as camadas da população norte-americana: «Lembrem-se de Pearl Harbour».

ESTRATÉGIA CONCERTADA

A mensagem presidencial prosseguiu nestes termos: «A decisão firme e inabalável do povo americano é de mau augúrio para aqueles que ajudaram a destruir a paz. Essa decisão é bem mais importante do que qualquer vago propósito de vingança, e assegura que passara a animar indistintamente todas as camadas da população norte-americana: «Lembrem-se de Pearl Harbour».

Em seguida a mensagem presidencial inseria algumas passagens particularmente significativas sobre a forma por que os Estados Unidos e os seus aliados «estavam decididos a conduzir no futuro a guerra como consequência da assinatura da Declaração das Nações Unidas. «Estamos a reunir a colaboração efectiva de todas as Nações Unidas para a realização do nosso esforço de guerra. É esse o objectivo das recentes conferencias que se têm realizado em Washington, Moscovo e Chung-King. Essas conferencias e consultas entre os vários Estados Maiores vão continuar de forma a poderemos assentar na realização de uma estratégia comum e concertada, capaz de derrotar os nossos inimigos. De futuro,



O marechal Wavell, em Chungking, com um grupo de oficiais superiores, entre os quais se vê o general George Brett.

A POLICIA MUNICIPAL

TEM CASA NOVA...



Lá ao cimo, fica o novo edifício da Polícia Municipal de Lisboa, que é o antigo Palácio da Atalaia.



É uma magnífica construção, dispondo das melhores condições de funcionamento de tão importantes serviços municipais.



E que o sr. presidente da C. M. com os srs. comandantes da P. M. e P. S. P., acabam de inaugurar, com a presença de outros convidados.



Dentro, todas as instalações são magníficas e à altura dos fins a que se destinam, como este gabinete, que pertence ao comandante da P. M., sr. tenente Soares da Cunha.

único, devendo concorrer para a realização para fins de guerra comuns naquela área além dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, a Holanda, a Austrália e a Nova Zelândia. Todas as forças terrestres navais e aéreas destes países cooperariam sob o comando único que viesse a ser designado. Para o referido comando, foi escolhido o general inglês Sir Archibald Wavell que se havia distinguido na primeira fase da campanha da Líbia, conduzindo vitoriosamente as suas tropas desde a fronteira do Egipto até à fronteira da Tripolitânia.

Para colaborarem directamente com o general Wavell foram escolhidos os seguintes comandos: segundo comandante das forças em operações no sudoeste do Pacífico, o major-general George Brett, que comandava o corpo aéreo norte-americano; comandante das forças navais o almirante Thomas Hart; chefe do Estado Maior seria o general inglês Sir Henry Pownall. Ao mesmo tempo o general Chang-Kai-Chek era designado para comandar em chefe de todas as forças aliadas em operações na China, na Indochina e na Tailândia. Este último comando era mais nominal do que efectivo e constituía uma homenagem prestada à resistência chinesa que auxiliava eficazmente a estratégia das Nações Unidas.

Entretanto o fundo das resoluções tomadas no decurso das conversações Churchill-Roosevelt de Janeiro de 1942 só mais tarde havia de ser em parte revelado quando do regresso a Londres do Primeiro ministro da Grã-Bretanha. Este encontrou na capital do seu país e especialmente nos círculos políticos e parlamentares uma atmosfera menos cordial e aprovativa do que aquela que até ali rodeara a sua acção. Depois de dois anos de guerra era difícil ainda para os ingleses vislumbrarem um período de êxitos militares mais ou menos im-



Almirante Thomas Hart

não continuaremos a conduzir guerras isoladas. Há agora vinte e seis nações que se mostram efectivamente unidas para a realização dum objectivo comum.

Esta afirmação havia de se revelar no futuro de transcendentais consequências. De facto as conferências então realizadas em várias capitais prosseguiram depois com uma frequência reveladora e conduziram à chamada estratégia de Casablanca que levou as Nações Unidas a atacarem simultaneamente por duas vezes, uma a partir de 24 de outubro de 1942, outra a partir de 30 de Junho de 1943. O primeiro ataque concertado levou à conclusão da campanha de África; o segundo que se encontra actualmente em curso aparece caracterizado pelo início da batalha da Europa.

DA DEFENSIVA À OFENSIVA

A apresentação do programa de armamentos a que já nos referimos era o pretexto para que a mensagem presidencial completasse a sua concepção da estratégia concertada entre as Nações Unidas por uma outra concepção que não se revelava nem menos significativa nem menos susceptível do que a primeira de conduzir a uma transformação no curso da guerra. Os Estados Unidos encontravam-se sob o peso da derrota de Pearl Harbor que inutilizara por largo tempo mais de metade das unidades da sua esquadra de linha e dera o domínio naval e aéreo do Pacífico aos japoneses. O Império britânico estava longe de alcançar a realização dos seus principais fins de guerra, eliminando a campanha submarina com os seus efeitos desastrosos e libertando o Egipto da ameaça do «Afrika Korps». A Rússia embora realizando uma contra-ofensiva de Inverno tinha ocupada uma grande parte do seu território e perdidos em quantidade apreciável os seus principais centros de produção. Isso não impedia que o Presidente dos Estados Unidos anunciasse a passagem à ofensiva no momento oportuno.

«Esta guerra não pode ser conduzida na defensiva» — dizia a mensagem presidencial. — «A medida que o nosso poder for aumentando, iremos levando os nossos ataques ao território do inimigo. As forças americanas serão empregadas defensivamente para proteger as posições essenciais que actualmente se encontram nas nossas mãos e ofensivamente contra o inimigo comum. A América protegerá o hemisfério ocidental e as bases que fora dele podem servir para preparar os nossos ataques. Para realizar este objectivo teremos certamente de pagar um preço muito elevado. Não importa. A nação americana pode pagar esse preço».

As referências relativamente extensas que fazemos à mensagem presidencial de 6 de Janeiro de 1942 justificadas pela sua importância e porque esse documento, melhor do que qualquer outro, serve para esclarecer a atitude americana e a participação dos Estados Unidos na guerra a partir dessa data.

A SITUAÇÃO NO PACIFICO

Entretanto a situação no Pacífico não deixava de se agravar em consequência da ofensiva nipónica. A opinião pública tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos mas especialmente neste último país mostrava-se alarmada com a marcha dos acontecimentos e pedia que fossem adoptadas medidas energéticas e imediatas para fazer face à situação. O estado de impreparação em que os países anglo-saxónicos se encontravam naquela zona eventual de operações revelava-se à medida que o tempo ia decorrendo e a superioridade da preparação japonesa se afirmava.

No dia 2 de Janeiro foi feita em Washington uma declaração comum dos srs. Churchill e Roosevelt segundo a qual se ia estabelecer na zona sudoeste do Pacífico um comando



General Sir Henry Pownall

portantes e a enfiada dos Estados Unidos na luta em vez de se traduzir imediatamente por uma melhoria da situação geral representava um novo inconveniente de ordem imediata obrigando a Grã-Bretanha a distrair uma parte dos seus recursos para o Extremo Oriente em condições particularmente difíceis. O episódio do «Prince of Wales» e do «Repulse», insufficientemente esclarecido, contribuiu para tornar mais espessa a atmosfera na capital britânica quando do regresso do sr. Winston Churchill em meados de Janeiro.

Entretanto em Washington o Departamento de Estado tornava pública a declaração de que quaisquer governos que quisessem dar a sua adesão à Declaração comum das Nações Unidas poderiam fazê-lo e acrescentava que, em determinados casos na falta dos governos reconhecidos poderia essa adesão ser dada pelas «autoridades apropriadas». Esta designação entendia-se com os dirigentes da França Combatente, que tinham a sua sede em Londres, os quais haviam manifestado o propósito de aderir à Declaração firmada em Washington no primeiro dia do ano. O Conselho Nacional da França Combatente, depois de ter procedido a um estudo da Declaração, deu-lhe a sua adesão imediatamente, tal como já acontecera com a Carta do Atlântico. Mas no plano militar era a marcha das operações no Pacífico que continuava a constituir a principal preocupação dos dirigentes anglo-americanos e da opinião pública dos dois países onde se aguardavam explicações sobre as causas dos desastres registados no continente asiático e na área do Pacífico onde o avanço nipónico prosseguia sem interrupção. (Continua)

ARES DE ESPANHA... GRECO E TOLEDO

Vistos por CARLOS BOTELHO

TOLEDO, cidade escarpada, onde se erguem construções empoeiradas, cobertas de telha romana, parece ter sido talhada numa montanha de tijolo e possuir o aspecto ressequido de um grande fóssil, reminiscência dum período heróico e esplendoroso.

Em volta dessa colina, formando um istmo, bordejam, calmamente, as águas do Tejo que, nessa cálida manhã de Maio, tinham a densidade de uma emulsão esverdeada. Há séculos que elas, com o seu quê de mistério, vêm temperando os aços das curiosas cutelarias de Toledo. As aristocráticas espadas, de belas tradições, também a eles devem a nobreza da sua tempera, que leva o povo a figurá-la no expressivo e conselheiro dizer: «No me saques sen razón, no me envaries sen honra».

Estou avistando Toledo junto à ponte de Alcântara. Em minha frente levanta-se, possante, um arco barroco, que dá entrada à ponte, e ao fim desta surge uma torre século XIII, que dá, por sua vez, acesso à cidade, onde figura um belo escudo decorativo dos reis Católicos que inspirou as actuais armas de Espanha.

Num monte, fronteiro à ponte, ergue-se o castelo medieval de S. Servando, bem enraizado na terra escavada.

As muralhas visigóticas e o aspecto áspero da paisagem, por um lado, e as edificações religiosas por outro, acusam as duas facetas dominantes da cidade — a guerreira e a católica, que se mantêm inalteráveis através de todas as evoluções.

O sol está abrasador e Toledo parece que tem sangue a ferver no sub-solo das suas artérias.

Instintivamente, procuro e aproveito todas as nesgas de sombra que me dão aqueles muros rugosos pelas ruas estreitas e tortuosas.

Janelas e balcões salpicados de alegres craveiros e sardineiras, animam as vetustas paredes.

Galgando e calcorreando estas vielas labirínticas chego, enfim, à Catedral.

Na sombra fresca e acolhedora das suas naves repouso, agora, o corpo e olhos de sol tão ardente.

Fico absorto. A Catedral é um monumento estuendo. A vista afoga-se-me em tanta beleza, impossível de enumerar.

Nunca vi nada em Espanha e Itália que se lhe compare.

O retábulo, de uns doze metros de altura, é transcendente, e dir-se-ia um enorme fresco, em escultura, duma grande profusão de figuras e riqueza de colorido.

O coro é uma obra preciosíssima de escultura em madeira, onde centenas de motivos o decoram, sem que um só se repita.

A porta do Relógio lembra a do baptistério de Florença, à qual nada fica a dever.

A intensidade do gótico das suas naves, de toda a sua arquitectura, em geral, e da todo o detalhe, é tão impressionante que, decerto, levou Greco a senti-lo e adoptá-lo como principal inspi-

rador de todas as suas notáveis composições religiosas, porque estas, como aquêle, ascendem, exaltados, para o firmamento.

Greco não era um astigmático, defeito que lhe atribuem por fazer prevalecer, nas suas obras sobrenaturais, as linhas esquias de sentido vertical, mas era, sim, um gótico na pintura.

Isso mais se reivindica no meu espírito pelo facto de, nos retratos profanos, êle abstrair-se desse estilo.

Considero Greco como o génio transmutador do gótico «flamboyant» da pedra para a tela.

Fui, depois, procurá-lo, de novo, a dois passos, na igreja de S. Tomé, onde se impõem o célebre «Entêro do Conde de Orgaz». Não é ideal o ambiente que o encerra nem o local que decora, mas a sua presença faz esquecer a banalidade da capela.

Não sei que lhe apreciar mais, se o sentido humano e empolgante do dramatismo das figuras, se a compaixão, se a riqueza do colorido — a um tempo esta obra póstuma de Greco possui o poder emocional descritivo, decorativo e documental.

Greco é grande na fantasia, Greco é grande na verdade.

A propósito do «Entêro do Conde Orgaz», contou-me o meu companheiro de excursão, D. Marcelino Macarron, conservador do Museu do Prado, que este quadro fora dado como desaparecido durante a guerra de Espanha.

Isso se explica por que esse senhor, na sua nobre missão de salvar as preciosidades do património artístico, o escondera e disfarçara na própria igreja de S. Tomé, e tão bem que, só graças à sua intervenção, de novo foi possível trazê-lo à luz do dia, intacto.

Ficara entre colchões e tapetes, o que de momento lhe foi possível arranjar, e assim o defenderia dalguma derrocada, ou das vistas dos cobichosos, pelo ar de arrumo de velharias que deu ao disfarce.

Lancei o último relance de olhos ao quadro sublime e, agregado de alma e coração a Greco, fui-me a caminho da sua casa e do Museu, a não querer perder o estado de absorção que me permitia, nesta sequência de visitas, organizar uma galeria mental do grande pintor.

Tanto o Museu como a casa são reconstruções do século XIV, de aspecto solarengo e apalaçado, que se devem a um grande admirador de Greco — o Marquês de Vega Inclán.

Lá está o «atelier», de uns seis metros quadrados — iluminado por um envidraçado miúdo, como se usa nas nossas janelas de guilhotina, teto baixo e telhado de telha romana.

Desta oficina tão modesta saíram as principais obras de arte que dêle se conhecem.

A casa de Greco possui outras divisões, sendo de notar a sala de jantar, com um belo fôgão emoldurado em pedra lavrada, a cozinha, bem



grande, de chaminé rasa, e as paredes decoradas de caçarolas de cobre e faianças de Talavera, sobre prateleiras tósicas e grosseiras.

Mais ou menos todas as casas estão mobiliadas à época, e ainda que nem todos os pertences fôssem do uso do pintor, suggestionam, assim, um pouco da sua vida íntima.

Alguns quadros de vários autores completam a decoração das paredes. Destaca-se, entre êles, o de Greco, «Lágrimas de S. Pedro».

Um jardim ingénuo, silvestre, envolve a casa, e dêle se abrange, naquela paz monástica, uma paisagem grandiosa, a perder de vista.

E, se com Greco estou, com êle vou levar o resto do dia — do dia e da vida...

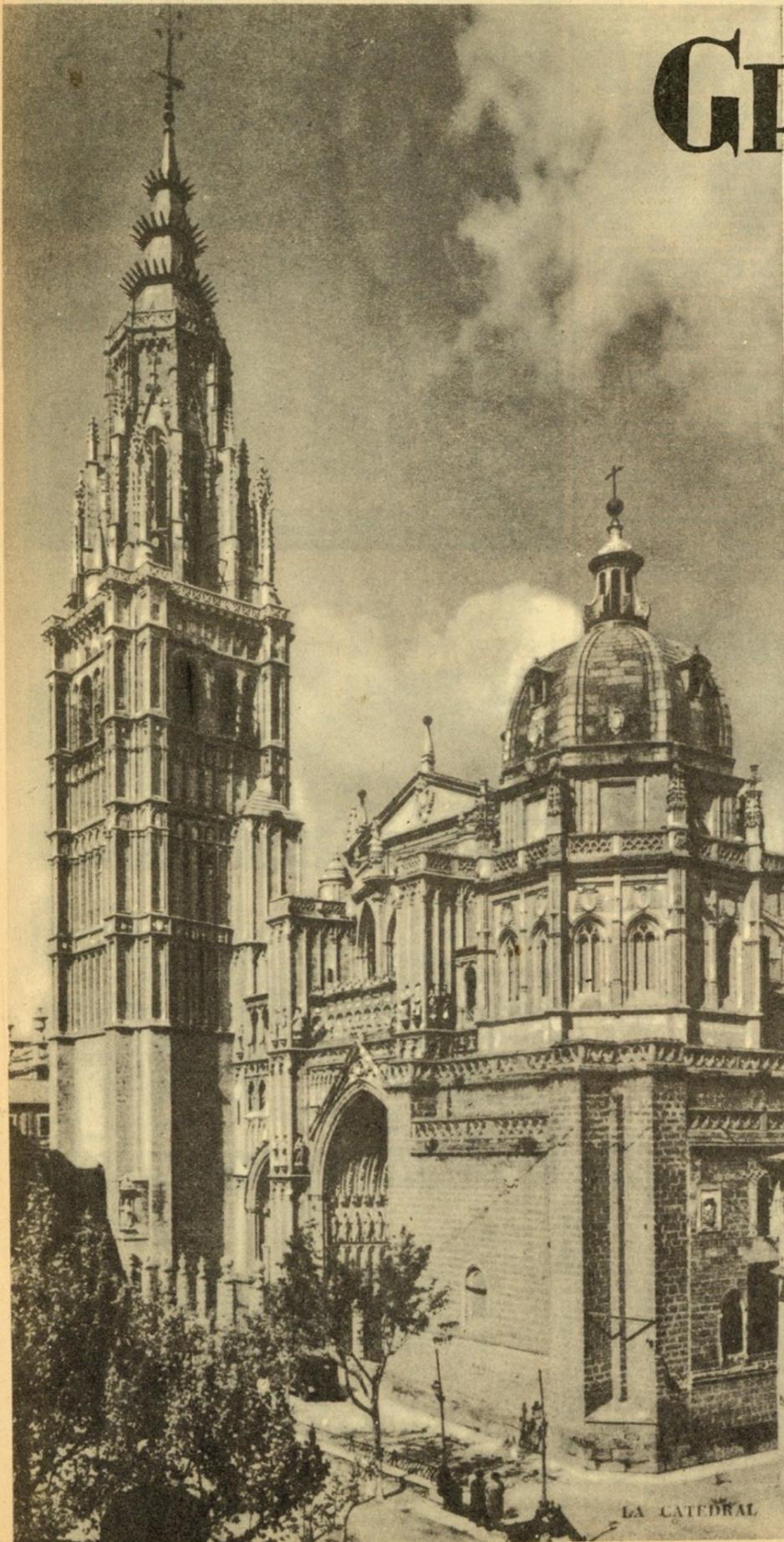
Encontro-me agora no Museu, paredes meias com a sua casa. Na maioria estão expostas obras notáveis da sua última fase, entre elas a «Vista de Toledo» (com a planta da cidade), S. Bernar-

dino, os retratos dos apóstolos e dos irmãos Antonio e Diego Coarrubias.

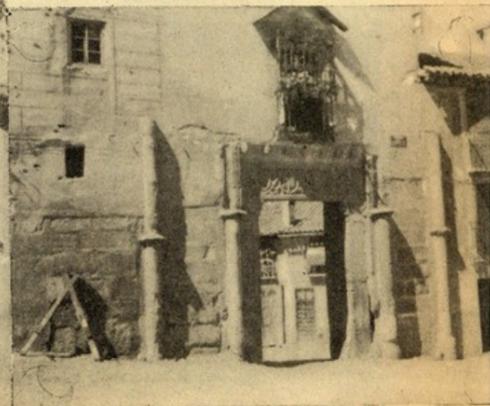
Além destas vêem-se pinturas de outros autores da Escola Espanhola do século XVII.

Terminei, assim, esse dia inesquecível de peregrinação a Toledo, que resultou tão profícuo graças ao meu simpático e sabedor cicerone, D. Marcelino Macarron, e, de tudo o que vi me fiquei a pensar que Greco, quer pela cor, quer pelo espírito das suas composições, foi o grande precursor da pintura moderna. É assim que, passados três séculos, um grande pintor revolucionário usava os seus verdes e os seus azues... Cezanne!

Depois de se conhecer Toledo, e sobretudo a Catedral, compreende-se melhor a obra genial de Greco.



LA CATEDRAL



Uma rua de Toledo — austera e evocativa



Claustro de São João dos Reis



Uma varanda no «atelier» de Greco

MONTGOMERY em LONDRES

DIZ-SE que Napoleão costumava afirmar: «Apresentai-me um homem de nariz grande, e eu e ele faremos maravilhas».

O vencedor de Austerlitz, como bom psicólogo que era, sabia, perfeitamente, que um indivíduo dotado de avantajado apêndice nasal era caracterizado por temperamento enérgico e extraordinária força de vontade.

Foi, por isso que o Destino naturalmente, farto de ouvir o Imperador dos franceses repetir sempre a mesma coisa, o colocou na frente do formidável nariz do Duque de Wellington, para o qual o

«petit caporal» não arranjou, entre os seus auxiliares, um outro que evitasse a derrocada do Império tão custosamente edificado.

Vem tudo isto a propósito das fotografias recentemente chegadas a Lisboa da visita secreta do general a Londres em meados de Maio e princípios de Junho. Esta estadia na Grã-Bretanha, só revelada depois do início da campanha da Sicília, teve dois caracteres: um militar, outro particular.

O aspecto militar foi dado pelos últimos retoques nos preparativos de invasão à Sicília e pelas conferências com os membros do «War Office» entre os quais o marechal Sir Archibald Wavell, novo vice-rei da Índia, o qual, como vemos numa das fotografias, conversou amigavelmente, com o general, talvez a respeito da sua viagem aos Estados Unidos, onde Wavell regressara dias antes.

Resolvidos os seus principais afazeres militares, Montgomery passou a maior parte do tempo na companhia do seu filho único, David, que está a estudar na «Amesbury School». Numa das gravuras, vemos além do general, e do seu herdeiro, a esposa do major Reynolds, em casa de quem David vive durante as ausências do pai, visto que Sir Bernard é viúvo.

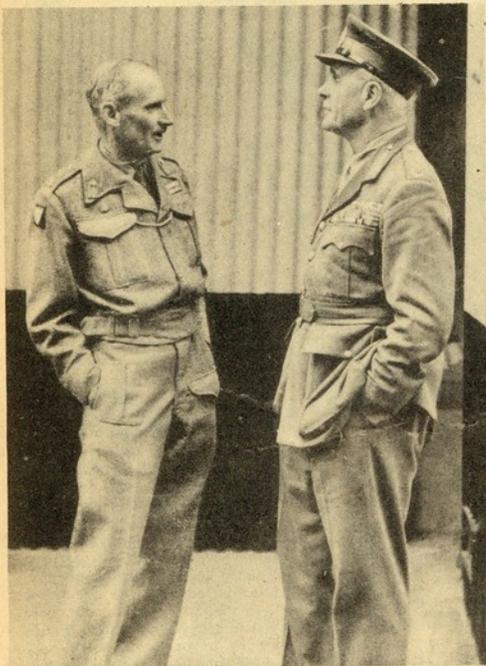
Durante os dias que esteve em Londres, o general envergou sempre o seu uniforme de batalha e isso foi o suficiente para que os transeuntes—embora não tivessem sido oficialmente informados da chegada do vencedor de Rommel—o reconhecessem e aclamassem em toda a parte.

Nas ruas, a cena que nos é reproduzida numa das fotografias repetia-se constantemente. O inconfundível fardamento de Montgomery — que goza grande popularidade principalmente no sector feminino... — despertava a atenção dos transeuntes e as mulheres não só não se limitavam a parar para o ver melhor, como até o seguiam... O caso em si não é para admirar, pois que o general em plena campanha da Líbia recebeu duma só assentada, isto é, no correio chegado num só barco, duas cartas com propostas de casamento, segundo o próprio Montgomery confessou numa carta para sua mãe.

Nos teatros de que temos aqui dois documentos fotográficos, um deles mostrando o general com os seus ajudantes num camarote do «Strand Theatre» e o outro apresentando-o à porta do «Hippodrome Theatre» a agradecer as manifestações da multidão, mais uma vez se revelou que Montgomery é o «enfant gaté» das mulheres londrinas: amáveis mãos femininas fizeram chegar, discretamente, ao camarote do general, elegantes e enormes caixas de bombons...

* * *

Uma vez terminada a licença, o chefe do Oitavo Exército subiu para a sua «Fortaleza Voadora», honrada e honrosamente ganha numa aposta com os generais americanos, e partiu para o Norte de África, onde acompanhou Sua Majestade, Jorge VI na sua triunfal viagem aos campos de batalha e à heróica ilha de Malta.



O marechal sir Archibald Wavell conversa com Montgomery, pouco depois da sua chegada da América.



Montgomery, em casa do major Reynolds, conversa, ao lado da esposa do amigo, com seu filho David.

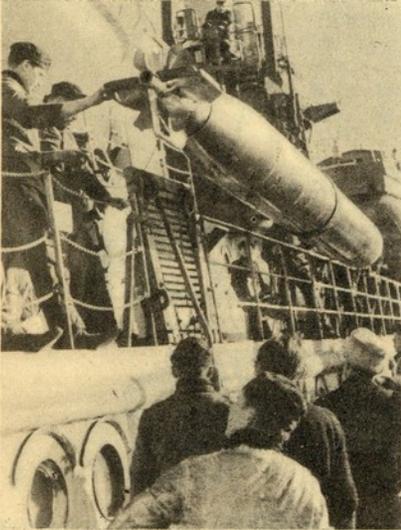
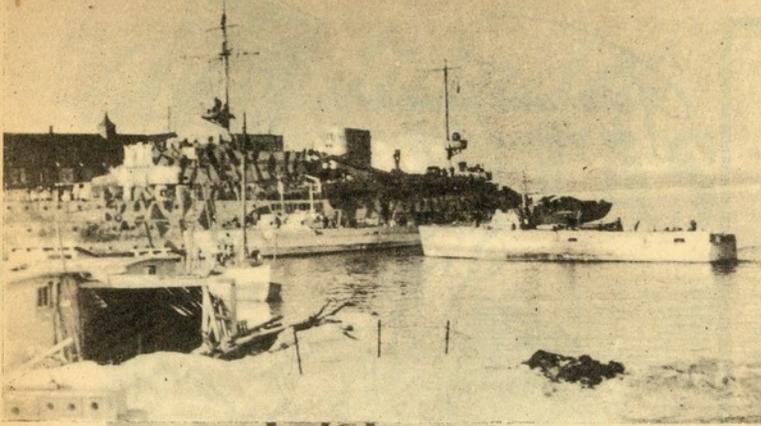


A jarda inconfundível de Montgomery chama a atenção do público, quando o bravo militar passa na rua.



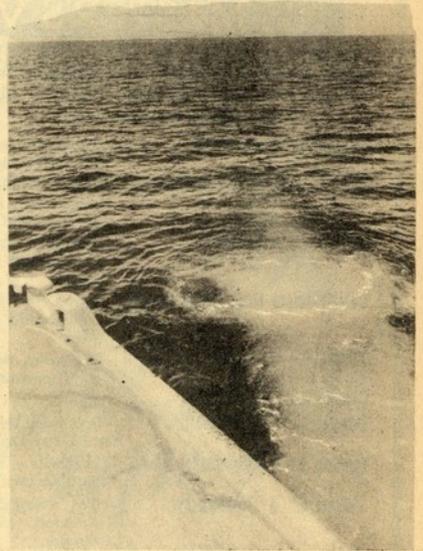
À porta do «Hippodrome Theatre», sorridente, agradece à multidão que o reconheceu e aclama.

NOS MARES DA NORUEGA A LUTA CONTINUA...

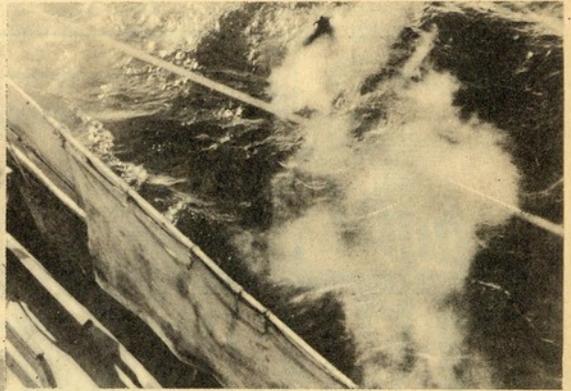
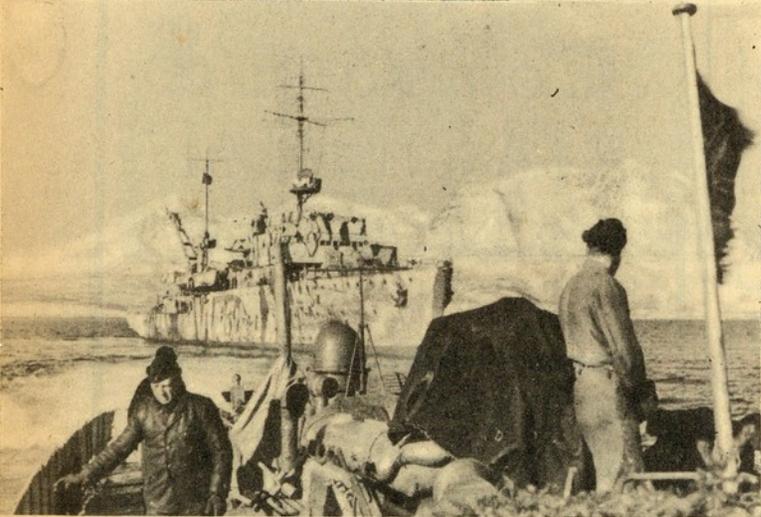


Num pôrto da Noruega, as vedetas rápidas de uma flotilha alemã dizem adeus ao cruzador-chefe e vão partir para exercícos de tiro de torpedo...

Vai uma lufa-lufa a bordo. As vedetas, já no alto mar, recebem instruções sobre o objectivo a atingir. Os torpedos, recebidos a bordo, estão a postos...



Atenção, há rastro de espuma... Sob as ondas estereleadas segue revolucionando as águas. Ao longo do mar, traça-se uma linha longa...

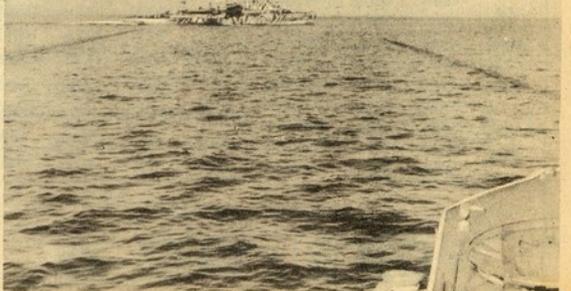


A extremidade vermelha do torpedo contém, em lugar da carga explosiva, uma composição de fósforo de cálcio que se inflama e fuma...



Agora, cada uma das vedetas segue para seu lado. É preciso cercar o inimigo, tomar posições no sector de ataque. Como pano de fundo — a neve das montanhas.

Inimigo à vista e bem localizado! É preciso atacar, meter no fundo a carga preciosa, acabar com o tráfico pelos mares do norte. Fogo! Onde está o torpedo?



É assim que se torna possível seguir o rastro dos torpedos. São abas em linhas convergentes. Lá, está o objectivo. O tiro atingiu os fins: aquêle cruzador, dentro de um instante, irá pelos ares!



"HIS MASTER'S VOICE"

Apesar das dificuldades actuais

"HIS MASTER'S VOICE"

continua a apresentar novos discos gravados, como sempre, pelos maiores artistas mundiais, em gravações insuperáveis de perfeição. Entre os ultimamente recebidos mencionamos os seguintes:

- Concerto em ré (Beethoven) — Jascha Heifetz e a Orq. da N. B. C. dirigida por Toscanini.
 Double Concerto em lá menor (Brahms) — Heifetz (violino) e Feuermann (violoncelo) e a Orq. Sinfónica de Filadélfia.
 Sinfonia n.º 1 (Brahms) — Orquestra Sinfónica de Filadélfia, dirigida por Leopold Stokowsky.
 Sinfonia em ré menor (Cesar Franck) — Orquestra Sinfónica de Filadélfia, dirigida por Leopold Stokowsky.
 Sinfonia n.º 88 (Haydn) — Orquestra da N. B. C. dirigida por Toscanini.
 Concerto n.º 1 (Paganini) — Menuhin e Orquestra Sinfónica.
 Concerto n.º 2 (Rachmaninoff) — Rachmaninoff e a Orq. Sinfónica de Filadélfia.
 Concerto n.º 1 (Tchaikowsky) — Horowitz e a Orq. da N. B. C. dirigida por Toscanini.
 Sinfonia n.º 3 (Tchaikowsky) — Orq. Sinfónica Nacional da América, dirigida por Hans Kindler.

Estabelecimento: VALENTIM DE CARVALHO
 Rua Nova do Almada, 97

Para um fim de semana
 de ótima disposição:



Uma boa máquina fotográfica e...

"ferrania,,
 a película que nunca falha



Artista
 2843



Horas	Estações	Comprimento das ondas	Horas	Estações	Comprimento das ondas
7.45	WCRC	31.1 m. 9650 kc/s	18.45	WDO	20.7 m. 14470 kc/s
	WDJ	39.7 m. 7565 kc/s	19.45	WDO	20.7 m. 14470 kc/s
9.45	WRUW	49.6 m. 6040 kc/s	20.30	WGEO	19.6 m. 15330 kc/s
	WDJ	39.7 m. 7565 kc/s		WDO	20.7 m. 14470 kc/s
12.45	WKRX	30.3 m. 9897 kc/s	22.00	WGEO	19.6 m. 15330 kc/s
	WDL	30.8 m. 9750 kc/s		WGEA	25.3 m. 11847 kc/s
13.45	WGEO	19.6 m. 15330 kc/s	23.00	WGEO	19.6 m. 15330 kc/s
	WKRX	30.3 m. 9897 kc/s		00.45	WDL
14.45	WKRX	30.3 m. 9897 kc/s	01.45	WDJ	39.7 m. 7565 kc/s
	WGEA	25.3 m. 11847 kc/s			
17.45	WDO	20.7 m. 14470 kc/s			

EMISSÕES DIÁRIAS

OIÇA a VOZ da
AMERICA em MARCHA

Companhia
 NACIONAL
 de Navegação

Vapor «CABO VERDE»
 sai no dia 21 do corrente, recebendo carga e passageiros para: Príncipe, S. Tomé, Loanda, Lobito, Mossâmedes e outros portos de baldeação em Loanda.

A carga será recebida até ao dia 18

TRATA-SE:

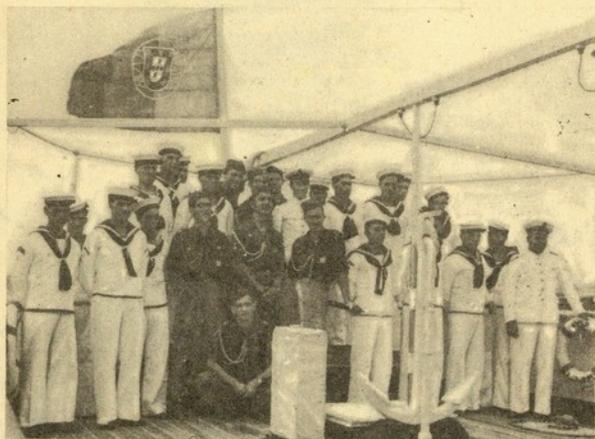
Em Lisboa — Rua do Comércio, 79 e 85
 Telef. 23021 a 23026

No Porto — Rua Infante D. Henrique, 73
 Telef. 1434

Actualidades GRAFICAS



Uma vida — 47 anos — de trabalho: a sr.^a D. Maria do Rosário Santos, fiscal privativa do Hospital de D. Estefânia e que foi aposentada por ter atingido o limite de idade. No dia 4, foi-lhe prestada singela homenagem, a que se associou o sr. coronel Nepomuceno de Freitas.



OS rapazes da «M. P.» preparam-se para manter tradições de um povo de marinheiros. O 1.^o Centro de Marinbaria tem, desde há dias, ao seu serviço, o Limpopo — agora Lidador, velho vapor dos serviços de fiscalização costeira. No acto da entrega, marinheiros e rapazes da Mocidade acamatararam, unidos pelo mesmo sentido oceânico.



Os Hospitais Cívicos têm, desde há dias, novos directores de serviços. O acto de posse foi simples — um intervalo do trabalho — e realizou-se no gabinete do Enfermeiro-Mor. Na foto, o sr. dr. Mac Bride, um dos empossados, põe a sua assinatura no acto.

P A P Y R U S

PAPYRUS — O melhor papel para escrever
 PAPYRUS — O melhor papel para imprimir
 PAPYRUS — O melhor papel para Títulos de Crédito
 PAPYRUS — O melhor papel para Apólices, etc.
 PAPYRUS — Os melhores livros comerciais
 PAPYRUS — Os melhores sobrescritos
 PAPYRUS — O melhor papel para cartas



À venda nas Papelarias e Tipografias

Depósito geral:

Amador A. Dominguez & C.^a (Filho)

Rua dos Correiros, 70
 LISBOA

End. telegráfico PAPIRO — Telefone 25854



Conserva os cabelos bem penteados e brilhantes,
 todo o dia, e não tem gordura

BOIAO — 12800

— A' VENDA NAS BOAS CASAS —

Cálculos rápidos
 só com
FACIT



Só com 10 teclas.
 Contróle de inserção.
 Transporte total das dezenas nos 2 registos.
 Cómoda para pôr a zero.
 Mecanismo completamente fechado.

Facit

SOCIEDADE COMERCIAL LUSO AMERICANA, L.^{da}
 Rua da Prata, 145 | R. Sá da Bandeira, 639
 LISBOA | PORTO

Ex. mas Senhoras

Antes de partirem para férias visitem os lindos modelos de **VESTIDOS, CASACOS E "LIGIERES"**

Expostos nos salões de **LUCINDA & INEZ, L.^{da}**
 R. D. Estefânia, 117, 1.^o

E' espantoso!



E' espantoso, sim, como há ainda quem traga o fato *rebrilhante de lustro*, qual espelho ambulante — sabido e provado que o

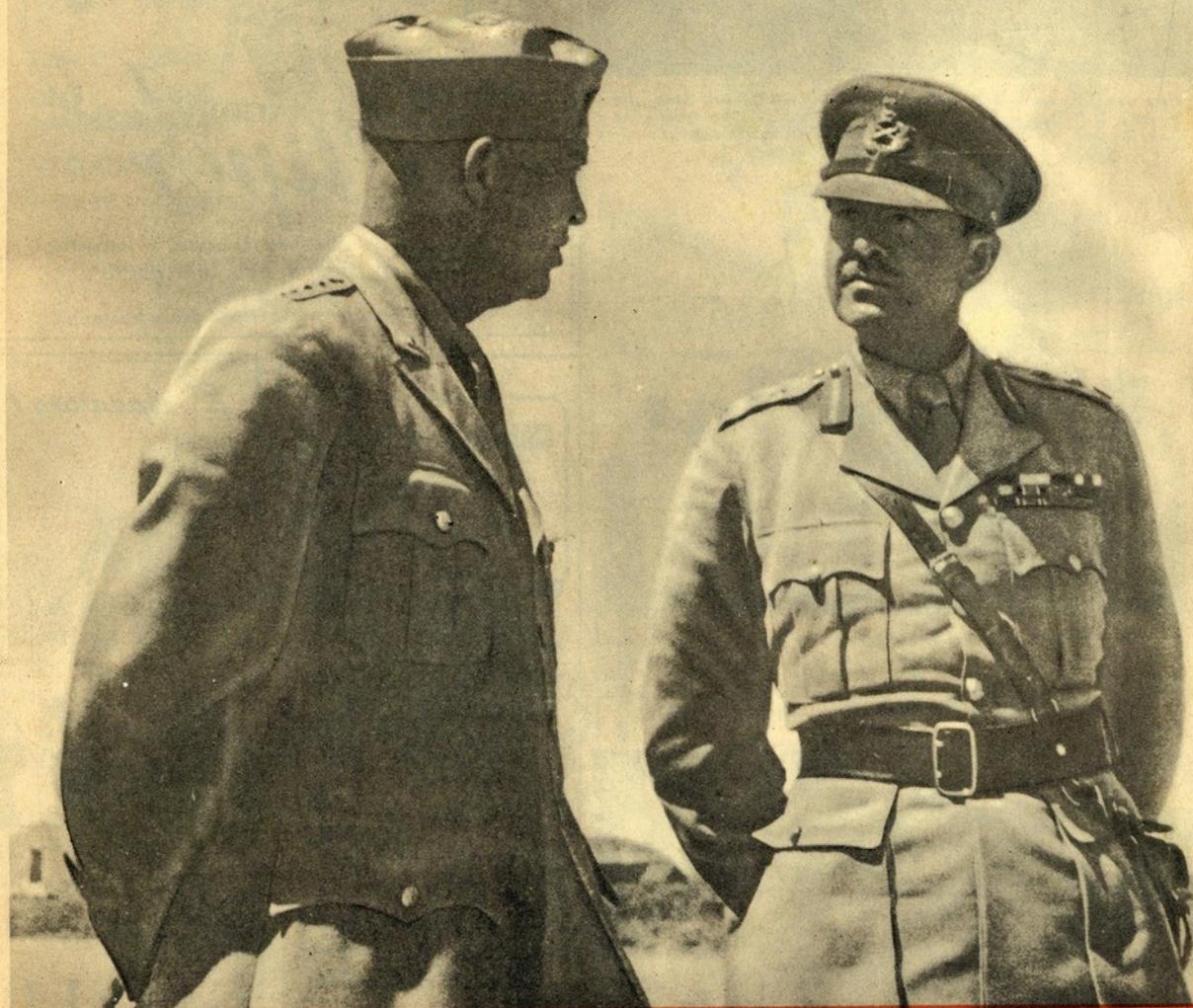
CASULO

limpa-fatos

faz desaparecer por completo o lustro e as nódoas da roupa!

À venda nas boas Drogarias de todo o País

a 3.12.42



Os comandos aliados responsáveis pela organização do assalto que quebrou a linha do «Eixo» na Tunísia, estão agora a dirigir a primeira fase da invasão da Europa — a campanha da Sicília. A violência do ataque de tal forma abalou a defesa, que milhares de combatentes do «Eixo» caíram em poder das forças atacantes. O comandante-chefe general Eisenhower, dois dias depois dos primeiros desembarques, dirigiu-se à Sicília, a bordo de um «destroyer» britânico, para tomar conhecimento dos progressos das operações. Alexander esteve também no mesmo local, de visita às tropas aliadas.